NOVELLAE OLIVARUM

ANO XV NÚMERO 139 FEVEREIRO 1957

PIO XII FALA DE RENOVAÇÃO CRISTÃ NOS MEIOS INDEPENDENTES 33

O MÁRTIR SÃO VICENTE E A SUA LITURGIA (Cont.) — Gregorius 37

UM ESTUDO DE SOCIOLOGIA — António Carrilho 50

SACERDOTES E LEIGOS NA ACÇÃO CATÓLICA 56

LIVROS NOVOS 65

CRÓNICA — António Lucas 69

Casa Nun'Alvares

PORTO

626-Rua de Santa Catarina-630

Telefone- P. P. C. | *23586* *23587*

ARTIGOS RELIGIOSOS
TIPOGRAFIA
OBJECTOS DE CULTO
LIVRARIA
PARAMEOTOS

Enviam-se gratuitamente catálogos ilustrados com cerca de 300 desenhos e preços a quem os requisitar.

Escola de Condução de Automóveis «A POPULAR»

DIRECÇÃO TÉCNICA DE
ALBERTO PIRES

TELEF. 721891 LISBOA

Motos, ligeiros e pesados

AVENIDA DE MADRID, N.º 3-C

SOCIEDADE DE TAPEÇARIAS, LIMITADA

ESTOFADORES E DECORADORES
Rua Augusta, 126-130—Telef. 26669

Casa especializada em estofos e decorações, com oficinas próprias e estoques próprios, os mais completos e variados e aos melhores preços do mercado

Sedas, damascos e brocados próprios para decorações de igrejas

As mais modernas criações dos industriais nacionais e estrangeiros

Agradece desde já a Vossa muito estimada visita

NOVELLAE OLIVARUM

Director: *Alberto Neto Simões Dias* Redactores: *José Poças Ribeiro e Cláudio Renato Marques Teixeira* Administradores: *Albino Mamede Cleto e Avelino M. Barata Pinto*
Proprietário e Editor: *Ireneu Marques Clemente*

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS
COM A APROVAÇÃO DA AUTORIDADE ECLESIÁSTICA

Composição e impressão na Gráfica de Gouveia Ld.ª — Gouveia — Telef. 109

BAYER TECIDOS

Rioplex

100 o/° Cuprama

ESCOLHA O TOM PRETO PRÓPRIO PARA O CLERO.
EXIJA NA OURELA A MARCA «**RIOPLEX**», POIS OS TECIDOS «**RIOPLEX**» SÃO
RESISTENTES E DE CORES **ABSOLUTAMENTE INALTERÁVEIS**

LARG. 1,50 **PREÇO 80$00**



Compre todos os vossos

ARTIGOS PARA DESPORTO

na **CASA SÓRIOS**

A casa que lhe recomendamos porque é a que mais barato vende. A CASA SORIOS é como sabem em Lisboa, e tem a sua sede na **Rua dos Anjos, 18-B** (junto à entrada do Cinema Lis), com o telefone 84 58 35

Se necessitar comprar . . . **Não esqueça!**

Consulte a **CASA SÓRIOS**

PREÇOS ESPECIAIS PARA OS SEMINÁRIOS E CASAS DE FORMAÇÃO RELIGIOSAS



ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

Vaticano

CASA RUVINA Rua Formosa, 173 — PORTO

Artur Fernandes Alves Ribeiro

EMPREITEIRO DE OBRAS PÚBLICAS

Direcção Técnica: Engenheiros—Francisco Ventura Rego e Filipe Costa da Silva

Agente Técnico: Vitor Manuel da Silva Ribeiro

Construtor Civil: Joaquim Ribeiro Bouça

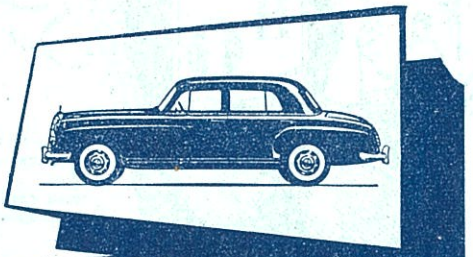
AERODROMOS ◆ ESTRADAS ◆ BARRAGENS DE TERRA ◆ TERRAPLANAGENS EDIFICIOS ◆ PAVIMENTOS ◆ ESTRUTURAS ◆ CAMPO DE JOGOS

Escritório e Depósito:

Avenida 28 de Maio, 49-A **LISBOA** Telefs. 76 18 60 e 77 15 12

MERCEDES-BENZ

AUTOMÓVEIS
com motor a gasolina
e diesel



CAMIÕES DIESEL
para todas as cargas

AUTOCARROS
DIESEL
para 33/35 e 41/43
lugares

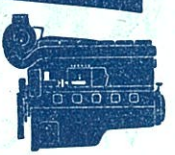




UNIMOG
tractor para todo o terreno, para fins agrícolas
e industriais



MOTORES MARÍTIMOS
E INDUSTRIAIS para
todos os fins e aplicações



Representantes

C. SANTOS L.DA

LISBOA PORTO



Se não vê...

Se não vê bem será bom consultar um especialista. Depois... depois venha à nossa casa onde encontrará as melhores lentes e armações.

ALTA qualidade a baixos PREÇOS

HORÓPTICA, LDA

OCULISTA

Rua de Santa Justa, 7 — LISBOA

RUA INFANTE D. HENRIQUE
PORTO

ROSSIO, 93 2.º
LISBOA

FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto

PIO XII FALA DE RENOVAÇÃO CRISTÃ NOS MEIOS INDEPENDENTES

Vem abaixo reproduzida uma exortação que o Santo Padre dirigiu aos dirigentes do Movimento «Rinascita Cristiana», que agrupa círculos da Acção Católica especializada para os meios independentes italianos.

O que diz Sua Santidade é aplicável em geral a qualquer movimento de renovação cristã, em qualquer meio ambiente. Esta renovação cristã, rejuvenescimento e enriquecimento do espírito, compreende duas fases: a renovação daqueles a que podemos chamar militantes, e em seguida a sua acção no meio. A primeira é apresentada como base de tudo. Se o sal não salga, para que serve? Por outro lado, quanto melhor for o fermento melhor a massa leveda.

A renovação do mundo e a sua conquista para Cristo há-de fazer-se pelo escândalo das virtudes cristãs, da Fé, da Esperança e da Caridade, pelo escândalo da cruz. Hão-de ser as maravilhas da Graça, operadas naqueles que a Deus se entregaram, que chamarão a atenção do mundo para caminhos que esqueceu. Na medida em que fordes fiéis à Graça, diz o Santo Padre «exercereis à vossa volta esse apostolado, que é um transbordar de vida interior, um testemunho do sobrenatural e do seu poder de renovação». Cristo fala no sec. XX pela boca do seu Vigário como falou outrora na Palestina aos Apóstolos: «Sic luceat lux vestra coram hominibus ut videant opera vestra bona et glorificent Patrem vestrum qui in caelis est». (Mt 5-16).

J. S.

Por ocasião da semana de estudos que reune em Roma o grupo nacional de «Rinascita cristiana», desejastes, caras filhas, vir apresentar-Nos o testemunho da vossa dedicação.

Muito nos sensibiliza este sinal de deferência que mostra o vosso desejo de estreitar os laços que vos unem à Hierarquia e por ela a toda a Igreja, a fim de melhor contribuir para o apostolado católico pela acção no vosso meio. Ocupais no vosso movimento lugares de responsabilidade que supõem grande competência e zelo, visto que a orientação dos esforços de «Rinascita», o método e o ardor que neles se empregam, o êxito que os coroará, dependem em grande parte de vós.

Assim, queríamos felicitar-vos, em primeiro lugar pelo trabalho que levastes a cabo durante o ano 1955-1956. O vosso objecto é bem claro: a educação apostólica dos cristãos dos meios independentes e a acção nesses meios por um esforço simultâneamente sobre vós mesmas e sobre os outros, para descobrir as vossas responsabili-

dades em todos os campos: família, profissão, relações sociais, e levar tanto os indivíduos como as instituições a tomar uma atitude que esteja perfeitamente de acordo com o ideal cristão. O que distingue o vosso método e lhe dá encanto e eficácia é que vós não quereis abordar ùnicamente os problemas teóricos, nem empreender tal ou tal forma particular de apostolado, mas agir sobre a mentalidade dos meios independentes. Quereis modificar a sua maneira de pensar, de julgar e de viver, depois de lhe ter mostrado, descobrindo-o primeiro na vossa vida pessoal e comunitária, que as suas atitudes concretas estão muitas vezes bem longe do que deveriam ser, bem longe do que se propõe um cristianismo autêntico.

Esta obra de renovação começa na reflexão e oração quotidianas e prossegue no seio dos vossos grupos, na discussão e troca de ideias, que permitem a cada uma participar a experiência das outras e examinar a esta luz os dados da própria experiência. Assim descobris pouco a pouco os elementos que constituem a vossa mentalidade com todas as suas características, boas ou más, e podeis então iniciar eficazmente a desejada renovação. No ponto de partida colocais, pois, a meditação do Evangelho, meditação atenta e prolongada que vos torna capazes de ver os factos ordinários da vida quotidiana com uma nova perspectiva e de encontrar falhas que antes não descobríeis. Até lá, com efeito, os hábitos adquiridos e a sua consonância com as normas recebidas no vosso meio, impediam-nos de vos aperceberdes de um sentimento de mal estar que deveria ter nascido do desacordo deste comportamento como que se espera de um verdadeiro cristão, perfeitamente fiel à doutrina que professa. O exame profundo do texto evangélico, as luzes recebidas na oração, as sugestões recolhidas junto dos outros quando das vossas trocas de grupo, em breve tornaram patentes as insuficiências da vossa fé e as atitudes pouco sólidas que dela provinham. Por vezes, o paciente trabalho de meditação e de reflexão, que o movimento vos convida a fazer todos os dias, pode parecer-vos coisa dura e difícil. Tivestes que vencer certas resistências íntimas ou certos desfalecimentos, para continuar fielmente este esforço e para vos atreverdes a comunicar o seu fruto nas vossas reuniões. Mas em breve novas luzes atravessaram um horizonte até aí obscuro, abriam-se aos vossos olhos admirados perspectivas desconhecidas, levantavam-se na vossa alma mais imperiosas exigências. Pareceu-vos que o cristianismo, tal como o havíeis praticado até então, se contentava fàcilmente demais com a observância dos mandamentos e dos deveres essenciais do cristão, sem querer progredir; a sua seiva era reprimida e privada do vigor; a planta, que deveria estender para longe os ramos e tornar-se uma grande árvore, definhava, virava-se sobre si mesma como que fatigada e tomada de torpor. As mudanças de «Rinascita» sacudiram esta letargia; os vossos olhos abertos entreviram horizontes imensos. O sopro veemente do Espírito Santo levantava-se de novo, como no dia em que Nicodemos, indo procurar Cristo, ouviu de seus lábios a palavra luminosa: «Oportet vos nasci denuo», «é-vos preciso nascer de novo» (Jo. 3, 7); é necessário que o Espírito de Deus retome em vós toda a sua impetuosidade, que vos atravesse com as suas inspirações e ressuscite a sua caridade.

Ao olhardes o vosso meio, ao procurardes conhece-lo melhor pelos vossos inquéritos, foi-vos necessário primeiro fazer obra de verdade, descobrir-lhe os defeitos e limitações. O programa deste ano, por exemplo, convidava-vos a estudar o uso dos meios de difusão de pensamento: conversa, imprensa, cinema, rádio e televisão. Verificastes

que eram utilizados, a maior parte do tempo, para responder a um interesse egoísta, e que este egocentrismo implicava a recusa de se abrir aos outros, de se interessar por eles, de assumir as suas dificuldades. O vosso senso cristão, afinado pela oração e pela reflexão, tirou daí uma linha de conduta para a acção apostólica. Mas tomar consciência das suas próprias falhas, e sobretudo delas tomar consciência colectivamente, e admitir as correcções necessárias, é fazer obra de verdade e de humildade. Ninguém pretenderá que isto seja fácil ou agradável; mas esta primeira parte é absolutamente indispensável. Ver-se e julgar-se, a si mesmo e ao próprio meio, tal como se é perante Deus: só a graça divina torna possível esta revelação, ao mesmo tempo que faz sentir o apelo à perfeição do ideal manifestado por Cristo. Não é o próprio Senhor que se torna então presente em cada um dos seus membros: «Christum habitare per fidem in cordibus vestris» (Eph. 3, 17), «Que Cristo habite pela fé em vossos corações»? Lançar sobre o mundo um olhar idêntico ao seu, partilhar as intenções que o animavam, o seu imenso desejo de redenção, tal é a actividade espontânea de quem vive n'Ele e para Ele.

E esta fé, como é normal, desenvolver-se-á na caridade; a vida nova, nascida na vossa alma, quereis levá-la aos outros, fazer com que vivam dela; quereis transformá-los, não do exterior por uma acção superficial, mas pelo interior, para que comecem eles também a ver o que vós vedes, e concebam o desejo, primeiro incerto e depois mais forte, de se mudarem a si mesmos e de se tornarem por sua vez, no seu meio, focos de caridade cristã. Quem diz católico diz universal; nada é mais contrário ao verdadeiro discípulo de Cristo que o espírito de casta, o isolamento, o egocentrismo, que denunciastes claramente. Deveis tentar remover este obstáculo por todos os meios. Mas não vos admireis se ele resistir fortemente e se, aparentemente vencido, se levantar de súbito. Possui, na verdade, bases sólidas numa natureza enfraquecida pelo pecado, exerce sobre ela toda a sua força e retarda-lhe os movimentos de libertação. E em todos os planos que é preciso lutar sem descanso para abrir as maneiras de pensar, purificar as intenções e banir toda a estreiteza de vistas. Ao contacto com os mais pequenos factos da actualidade, é preciso saber fazer a reflexão justa, desinteressada, inspirada na vida de fé e nas exigências da caridade. Mas que luta antes de lá se chegar! Em breve vos apercebereis, seguindo este caminho, que ele conduz ao sacrifício, impõe o perdão das ofensas, o desprezo do dinheiro, a liberdade de coração, numa palavra, que ele nos faz ir em seguimento de Cristo sofredor. E não será necessário, se ambicionais continuar a sua obra, participar com Ele na redenção do mundo? Aqui nenhum limite preciso; ninguém vos dirá jamais que trabalhastes ou sofrestes o suficiente para contentar a Deus e estender o seu Reino. O Senhor pede-vos, pelo contrário, uma generosidade sem peias; propõe-vos um apostolado que se abre sobre o mundo inteiro, mesmo que o seu objecto imediato permaneça bem determinado.

Estão, os vossos desejos presentes, à altura de tal programa? Assim o acreditamos, caras filhas, porque se Deus vos deu a vontade de o servir melhor e de responder sinceramente ao que Ele espera de vós, deu-vos ao mesmo tempo a força para realizar os seus desejos, o humilde desejo de ser associado às suas penas e a esperança de participar um dia no seu triunfo.

Parece-vos, talvez, que a vossa capacidade espiritual não chega para atingirdes um fim tão elevado, mas a graça fala em primeiro lugar; fixa-vos o termo e asse-

gura-vos o auxílio eficaz para o alcançardes. Na medida em que lhe fordes fiéis exercereis à vossa volta este apostolado, que é um transbordar de vida interior, um testemunho do sobrenatural e do seu poder de renovação num mundo que o pecado dividiu, fechou sobre si mesmo, tornou impenetrável aos verdadeiros valores de vida. Que o Espírito Santo, «fons vivus, ignis, caritas» vos esclareça e anime. Que Ele dirija os vossos esforços e lhes dê fecundidade! Assim o movimento de «Rinascita» penetrará cada dia mais no meio onde Deus vos colocou para aí estenderdes o seu reino.

Como penhor dos favores divinos que invocamos em abundância sobre vós mesmas, os vossos lares e todos os membros do vosso movimento, Nós vos concedemos de todo o coração a Nossa paternal Bênção apostólica.

Roma — Outubro de 1956

Que todos, dum modo especial vós, amados filhos que a Acção Católica ordenadamente agrupa em torno dos ungidos do Senhor para serem os seus mais animosos colaboradores, não vos deis repouso, até que o pensamento e a prática da vida cristã penetrem nas mais afastadas regiões da vida pública e particular, individual e social.

(Pio XII — Rádio-Mensagem — 9-XI-41)

O MÁRTIR SÃO VICENTE E SUA LITURGIA

(Continuação)

por GREGORIUS

II

LITURGIA

Conta um liturgista holandês do séc. XVI, Raul de Tongres, que os clérigos da capela papal procederam, no séc. XII, a uma série de simplificações do ofício que ali se recitava. Este ofício, com o saltério galicano e outras modificações posteriores, foi propagado pelos Franciscanos, a partir do séc. XIII, através do Ocidente latino, com o nome de Breviário da Cúria Romana. E assim é que a liturgia franciscana, com o apoio dos papas, se foi impondo pouco a pouco, até que a reforma de S. Pio V a consagrou definitivamente (1).

Entre as festas que a liturgia da Cúria fez passar, por intermédio dos Franciscanos, para o actual calendário romano, está a dos Ss. Vicente e Anastásio, em 22 de Janeiro (2). S. Vicente perdeu, portanto, a festa exclusivamente sua, em virtude da extensão ao actual rito romano dum uso meramente local na origem (3), só a tendo conservado em alguns ritos latinos não romanos, como o beneditino, o dominicano e o bracarense, e em algumas dioceses de que é padroeiro, entre elas a de Faro e o Patriarcado de Lisboa.

Associado a S. Anastásio, passou pois S. Vicente a depender, no Missal e no Breviário Romanos, do Comum de muitos Mártires. E assim, não é de estranhar que os antigos textos da sua liturgia se tivessem em grande parte obliterado, sobretudo entre nós. É que o sentido da tradição textual não parece ter entrado suficientemente em linha de conta na composição da Missa e do Ofício do santo que se rezam actualmente em Faro e em Lisboa, quer pela perda de contacto com as fontes, quer devido à mentalidade do tempo.

Propomo-nos, portanto, estudar a antiga Missa e o antigo Ofício, comparar-lhes os que estão presentemente em uso entre nós, tirar certo número de conclusões, aventurar algumas sugestões.

---

(1) Cf. Dom S. Baeumer, Histoire du Bréviaire Romain, trad. de Dom R. Biron (Paris, 1905), t. II, pgs. 22ss.; R. Aigrin, Liturgia (Paris, 1935), pgs. 600ss.

(2) Dom S. Baeumer, op. cit., pg. 71.

(3) V. em *Novellae Olivarum*, Janeiro de 1957, pg. 4, as circunstâncias em que se juntaram os dois santos na mesma festa.

A — *A MISSA*

Vimos que o culto de S. Vicente é muito antigo e que já o sacramentário gregoriano do séc. VI o regista (4). Não é pois de estranhar que alguns, pelo menos, dos códices litúrgicos mais antigos lhe marquem uma Missa própria. E, porque o reputamos vantajoso, dividiremos o estudo dessa Missa em três partes: 1 — Parte antifonal; 2 — As orações; 3 — As leituras.

1 — Parte antifonal

A consulta da tradição manuscrita não deixa quaisquer dúvidas acerca da composição da antiga Missa de S. Vicente, no que toca às peças do Gradual, a não ser no tracto, em que são omissas as testemunhas textuais mais antigas. Só dela se afastam as tradições tardias: uma Missa que se encontra na Península: Braga, Saragoça e sem dúvida outras dioceses (5); as rezadas no Patriarcado e em Faro, antes e depois da reforma de S. Pio X.

Eis as fontes que pudemos consultar para o estudo do esquema antifonal da Missa: Gradual de Monza (Tesouro da Catedral; séc. VIII), Antifonário Blandiense (Bruxelas, Bibl. Real, 10.127-10.144; sécs. VIII-IX), Antifonário de Compiègne (Paris, B. N., lat. 17.436; séc. IX), Antifonário de Córbia (ib., lat. 12.050; sécs. IX-X), Antifonário de Senlis (Paris, S.ª Genoveva, III; séc. IX) (6); São-Galo 359 (séc. IX) (7), 339 (séc. X) (8), Einsiedeln 121 (sécs. X-XI) (9), Bamberg, lit. 6 (séc. X) (10); Laon 239 (séc. X (11), Chartres 47 (séc. X) (12), Antifonário do Mont-Renaud (Noyon; séc. X) (13); Missal de Exeter (ed. de Warren, 1883; séc. X), Missal de Cantuária (ed. de Rule, 1896; séc. XI); Benevento VI. 34 (sécs. XI-XII) (14); Paris, B. N., lat. 776 (Albi; séc. XI) (10), ib. 903 (St.Yrieix; séc. XI) (15), Gradual de Valência (Hautecombe; sécs. XII-XIII) (10); Roma, Vat. Borg. 359 (Besançon; séc. XII) (10), Oelenberg 48 (cisterciense; séc. XII) (10), Paris, B. N., lat. 10.511 (Limoges; séc. XII) (10), Roma, Vat. Baber., 559 (Lião; sécs. XII-XIII) (10), Autun, G. S. 12 (Tournai? séc. XIII) (10); Londres, B. M. H. 12.194 (Salisbúria; séc. XIII) (10), Lipsia, S. Tom. 371 (séc. XIII) (10),

---

(4) Cf. *Novellae Olivarum*, Janeiro de 1957, pg. 4.

(5) Tentámos em vão obter para estudo a Missa e o Ofício do santo que se rezam na Arquidiocese de Valência.

(6) Colacionados, os cinco, em Dom René-Jean Hesbert, Antiphonale Missarum Sextuplex (Bruxelles, 1935); o sexto, Antifonário de Rheinau (sécs. VIII-IX), é omisso quanto a S. Vicente. O Antifonário de Compiègne está publicado em Migne. P. L. 78, cols. 641-724 (col. 653: Natalis Sancti Vincentii).

(7) Paléographie Musicale, 2ème série, t. II.

(8) Ibid., 1ère série, t. I.

(9) Ibid., t. IV.

(10) Colacionado em microfilme.

(11) Pal. Mus., 1ère série, t. X.

(12) Ibid., t. XI.

(13) Ibid., t. XVI.

(14) Ibid., t. XV.

(15) Ibid., t. XIII.

Monza, c. K/11 (séc. XIII); Missal Dominicano (ed. de 1666) ([16]), Missal Cisterciense (Congr. Portug.; 1738); Próprio Beneditino (ed. de 1924).

Estas fontes mostram claramente qual era a parte antifonal da antiga Missa de S. Vicente, que, com pequenas flutuações, se conservou pràticamente sem alteração até à união das duas festas, e ainda hoje se mantém quase idêntica em alguns próprios, como o dos Beneditinos e o dos Dominicanos. Damos a seguir a indicação das peças que a compõem, com a anotação das variantes que encontrámos nas fontes acima referidas:

Introito: LAETABITUR. Ps. EXAUDI

Gradual: POSUISTI. V. DESIDERIUM

V. Allel. BEATUS VIR QUI TIMET — *(Laetabitur:* Missal de Cantuária, Londres, B. M. H. 12.194, Oelenberg 48, Missal Dominicano; *Beatus vir* e *Laetabitur* (T. P.): Hautecombe, Missal Cisterciense, Próprio Beneditino; *Sancte Vincenti:* Benevento, VI, 34; omisso nos manuscritos da escola de São-Galo).

Tracto: BEATUS VIR — (Missal de Exeter, Missal de Cantuária, Missal Dominicano, Missal Cisterciense; *Desiderium:* Oelenberg 48, Londres, B. M. H. 12.194, Próprio Beneditino; *Posuisti. V. Vitam petii. V. Longitudinem:* Benevento, VI. 34; omisso em todos os restantes) ([17]).

Ofertório: GLORIA ET HONORE *(In virtute:* Lípsia, S. Tom. 371)

Comunhão: QUI VULT

Com excepção do gradual, são peças em uso na actual liturgia romana: Da Missa *Laetabitur:* introito e tracto; da Missa *Justus:* versículo aleluiático; da Missa *In virtute:* ofertório e comunhão ([18]). Só o gradual, portanto, nos reterá um pouco:

([16]) Cf. Gradual Dominicano (Roma, 1936).

([17]) A escassez da atestação do tracto é perfeitamente explicável pela raridade do seu uso nesta festa, pois o dia 22 de Janeiro pouquíssimas vezes é abrangido pela quadra septuagesimal. Bastará dizer, por ex., que, nos 60 anos compreendidos entre 1924 e 1983, as tabelas prevêem o caso apenas quatro vezes. E assim, dada a ocasião, adoptava-se ora o tracto *Beatus vir,* ora o tracto *Desiderium,* usados ainda hoje nos comuns de um Mártir. Adiante diremos a razão que haverá de preferir o primeiro.

([18]) Não nos é possível estudar aqui a origem das peças que constituem a nossa Missa. Referiremos sòmente que este esquema antifonal se encontra igualmente na antiga Missa de S. Nicomedes (15 de Setembro), mártir contemporâneo de S. Vicente e cujo culto é também muito antigo. Cf. Dom Hesbert, op. cit. pgs. 158-159.

Posuisti, Domine, super caput ejus coronam de lapide pretioso. V. Desiderium animae ejus tribuisti ei, et voluntate labiorum ejus non fraudasti eum [19] (Ps. *20* (hebr. *21)*, 4; ibid. 3).

As antigas testemunhas do texto só consignam uma flutuação textual: com as palavras *super caput* alterna a variante *in capite*. Mas a primeira lição parece-nos ter franco direito a prevalecer, por duas razões:

1 — Dos mais antigos códices conhecidos (dos sécs. VIII e IX) [10], só um (Antifonário Blandiense) consigna a variante *in capite*, contra três (Monza, Compiègne [21], Córbia) [22]. E com estes concordam todos os manuscritos atrás citados, em especial os que têm notação gregoriana [23], e também as edições impressas, com excepção do moderno Próprio Beneditino (Missal e Gradual).

2 — Explica-se melhor a introdução da variante *in capite*, em vez da sua rival, que a hipótese inversa. De facto, o trecho é tirado do Ps. 20 (hebr. 21) e, nas palavras que nos interessam (v. 4b), a Vulgata (saltério galicano) apresenta sempre e sem qualquer flutuação textual: *in capite* [24]. O mesmo se verifica em quase todos os restantes saltérios latinos ligados à *Vetus Latina*, dos quais nenhum contém a variante *super caput* [25]. Tudo parece pois indicar que a introdução, no gradual *Posuisti*, da lição *in capite* se deve à intenção de adoptar o texto universalmente exibido pelos saltérios latinos.

Note-se, aliás, que *super caput* não é variante isolada e de mero capricho, como o dá bem a entender o número imponente de manuscritos litúrgicos que a defendem neste trecho. Disso temos uma confirmação de peso no facto de a lição *super caput*, alternando com a sua rival, se encontrar, inequívoca, em outras peças da Liturgia [26],

---

[19] Este gradual fez parte das antigas Missas da Oitava de S. Lourenço (17 de Agosto) e de S. Gorgónio (15 de Agosto), além das de S. Vicente e de S. Nicomedes (cf. a nota anterior). Cf. Dom Hesbert, op. cit., pg. 237. Mas não nos é possível dizer qual delas a forneceu às restantes.

[20] Cf. Dom Hesbert, op. cit., pgs. 36-37.

[21] Não na edição de Migne, atrás citada, mas na de Dom Hesbert, que a corrige.

[22] Dos restantes códices cotejados por Dom Hesbert, Senlis só tem o *incipit* do gradual e Rheinau, como vimos, é omisso.

[23] É sabido que a versão melódica constitui, em geral, como preciosa armação a garantir a estabilidade do texto, visto que, se este varia, quase sempre a melodia apresenta inequívocos sinais da alteração, por ter de se adaptar ao texto alterado. No nosso caso, porém, uma vez que o número de sílabas é o mesmo em ambas as variantes, a melodia não nos parece indicação segura do texto, muito embora se adapte melhor a *super caput*.

[24] Cf. Liber Psalmorum ex recensione Scti. Hieronymi, cura et studio Monach. Abbat. Pont. Scti. Hieron. in Urbe, O. S. B. (Romae, 1953), pg. 77.

[25] Cf. Dom R. Weber, m. b., Le Psautier Romain et les autres anciens Psautiers Latins (Rome, 1953) pg. 30 (só o saltério de São-Galo 912 dá *in caput)*. Só tem *super caput* a antiga tradução latina publicada por Dom Amelli (Liber Psalmorum iuxta antiquissimam latinam versionem nunc primum ex Casinensi cod. 557 in lucem profertur. Romae, 1912).

[26] Em outras liturgias antigas, aparece também por vezes, mas não exclusivamente, *super caput: Missale Mixtum* (P. L. *85*, 153 C, 177 B, 534 B, 857 A, 950 A; *Breviarum Gothicum* (P. L. *86*, 1201 B, 1304 B). Não sabemos, porém, dizer se estas edições de Migne não terão de ser rectificadas, como no caso do Antifonário de Compiègne. Cf. nota (20).

mesmo actual: no Missal — Vers. alel. *Posuisti* (Missa *Laetabitur*, etc.); tracto *Desiderium*, 3.º vers. (Missa *Statuit*, etc.; no Gradual Romano) ([27]); no Breviário — no Comum de um Mártir: ant. *Posuisti* (nona de Matinas); vers. de Tércia e resp. breve de Sexta, *Posuisti* ([28]).

Nas citações patrísticas, embora raramente, também se encontra *super caput:* S. Jerónimo, Commentarioli in Psalmos (ed. de Dom G. Morin), pg. 31, 1; Vigilius Thaps., Contra Eutychen, *5*, 13 (P. L. *62*, 144 B) ([29]).

2 — As orações ([30])

Colecta. Eis o texto da oração da antiga Missa de S. Vicente ([31]):

Adesto, (quaesumus), Domine, supplicationibus nostris: ut, qui ex iniquitate nostra reos nos esse cognoscimus, beati Vincentii Martyris tui intercessione liberemur. Per Dominum.

Duas observações:1 — É a mesma oração que existe na actual festa dos Ss. Vicente e Anastásio (Missal Romano, 22 de Janeiro), adaptada aos dois, após a junção das duas festas em uma só. Não se deixe de notar que, nesta última, se lê *beatorum Martyrum tuorum Vincentii et Anastasii;* na antiga oração, o nome do santo, *Vin-*

([27]) No Missal, este tracto apresenta a variante *in capite*, como nos Graduais de Monza e de Compiègne. Mas no de Córbia e nos códices musicados, aparece a lição *super caput* e a melodia não admitiria outra. Deve ter-se dado substituição semelhante à que se verifica no nosso gradual *Posuisti.*

([28]) A alternar e com mais frequência, a variante *in capite:* grad. *Domine praevenisti*, oferts. *Desiderium* e *Posuisti;* ant. *Vitam petiit* (oitava de Matinas dos Confessores), resps. *Desiderium* (vers.), *Corona aurea* (vers.) e *Domine praevenisti.* — Note-se também que, no vers. do nosso gradual, temos *Desiderium animae*, como aliás em todas as restantes peças litúrgicas com o mesto texto (intr. *In virtute*, oferts. *In virtute* e *Desiderium*, resp. *Desiderium)*, em desacordo com a Vulgata Sisto-clementina: *Desiderium cordis.* A Vulgata e a Vetus Latina apresentam, de facto, as duas variantes textuais nesse versículo (vers. 3), ao contrário do que sucede, como vimos, no vers. 4. Cf. Liber Psalmorum e Dom Weber, op. cit., nas notas (23) e (24).

([29]) Estas precisões e as que constam do final da nota (24) e da nota (25), devemo-las a Dom Bonifácio Fischer, O. S. B., da Abadia de Beuron, a quem nos confessamos muito grato. Dele tomámos também as citações das obras que não pudemos consultar: as de Dom Amelli e de Dom Morin, e a que se segue nesta observação final: — Por Dom Capelle, Le Texte du Psautier latin en Afrique (Rome, 1913) pg. 129, se verifica que a tradução do grego *epí* por *super* tem carácter africano. Ora os LXX apresentam precisamente no Ps. *20,4 epì tèn kephalén*, cuja tradução latina literal é *super caput.* As variantes africanas, mais frequentes em textos hispânicos, são relativamente raras em textos romanos; aparecem, contudo, precisamente em textos litúrgicos, como se dá no caso que nos interessa.

([30]) Para o estudo das três orações da Missa, serviu-nos de base Dom P. Bruylants, O. S. B., Les Oraisons du Missel Romain, Texte et Histoire, 2 vols. (Lovaina, 1952). O vol. I contém a indicação das orações que formam hoje e formaram antigamente cada uma das Missas do actual Missal Romano, segundo a ordem deste (Temporal e Santoral), com as respectivas fontes; o vol. II apresenta os textos de todas essas orações, indistintamente, por ordem alfabética, com o aparato crítico das variantes antigas e a indicação das fontes.

([31]) Cf. Dom Bruylants, op. cit., vol. II, pg. 18.

centii, vem, ao invés, antes de *Martyris tui.* Veremos depois a que obedece esta inversão das palavras. 2 — A palavra *quaesumus,* ausente no Missal actual, existe na maioria das testemunhas colacionadas por Dom Bruylants ([32]): Sacramentário Gelasiano de Angoulême (sécs. VIII-IX), Sacramentário de Pádua (primeira metade do séc. IX), Sacramentário Gregoriano de Aquisgrano (séc. IX), Sacramentário Rossiano (meados do séc. XI), Missal de Latrão (sécs. XI-XII), 1.ª ed. do Missal Romano impresso (1474) e 1.ª ed. do Missal Romano de S. Pio V (1570), aos quais podemos acrescentar os Missais de Córbia ([33]) e de Exeter (ambos do séc. X); têm a mesma palavra depois de *Domine* um manuscrito de Zurique (Ms. de Rheinau 30; sécs. VIII-IX), outro de São-Galo (Stiftsbibl. 348; séc. IX) e o Missal da Cúria (princípios do séc. XIV). Omitem-na dois manuscritos do séc. VIII: o Sacramenário de Praga e o Sacramentário Romano de Gelona, aos quais se junta o Missal de Cantuária (séc. XI).

Que conclusão tirar destes elementos? O facto de *quaesumus* não existir nos dois mais antigos códices que atestam a oração, e o de estar em posição diferente (depois, e não antes de *Domine)* em outros dois, igualmente muito antigos, faz pensar na sua adição no decorrer do séc. VIII. Não podemos, porém, esquecer que a maioria das testemunhas é a seu favor e que a adição posterior explica-se mais dificilmente que a supressão, porque esta poderia justificar-se pela preocupação de harmonizar com orações semelhantes: há mais quatro que principiam pelas mesmas quatro palavras *Adesto Domine supplicationibus nostris:* Sábado das Cinzas, Vigília de S. Lourenço, Missa votiva pelos peregrinos e viajantes e Missa *Justus ut palma* (cf. a secreta das Missas *Intret* e *Sancti tui);* todas elas são atestadas desde o séc. VIII e em nenhuma aparecem testemunhas da interpolação *quaesumus.* Não vemos pois razões decisivas em favor desta palavra ou contra ela ([34]).

Secreta. O problema, aqui, parece-nos menos simples. Três secretas são dadas pelos documentos antigos. Dom Bruylants menciona duas ([35]): a) A mais antigamente atestada, *Hostias, tibi, Domine,* pode ler-se, por ex., na festa de S. Félix, presb. e márt., comemorada a 14 de Janeiro. Veio a fixar-se no Comum dos Mártires Pontífices (Missa *Statuit)* e no das Vírgens Mártires (Missa *Me expectaverunt).* Testemunhas ([36]): Sacramentários de Angoulême (sécs. VIII-IX) e de Gelona (séc. VIII), os mencionados manuscritos de Zurique e de São-Galo (sécs. VIII-IX e IX, respectivamente) e o Sacramentário Rossiano (séc. XI). b) A segunda, *Muneribus nostris,* é a que existe no Comum de um Mártir não Pontífice (Missas *In virtute* e *Protexisti).* Atestada pelos Sacramentários de Praga (séc. VIII) e de Aquisgrano (séc. IX), suplantou a primeira e prevaleceu até à 1.ª edição do Missal Romano de S. Pio V (1570), já com S. Anastásio unido a S. Vicente numa só festa. Todavia, na 2.ª edição típica, a de Clemente

---

([32]) Cf. op. cit., vol. II, pg. 18.

([33]) Ed. de Ménard (1642).

([34]) A hesitação manifesta-se ainda hoje: Em Braga, a oração não tem *quaesumus* em 22 de Janeiro, mas já o tem o Missal no Comum de um Mártir (Pro Martyre tantum: 3.ª Oratio). No rito monástico, a palavra existe no Próprio do Missal e é omitida no Antifonário Monástico.

([35]) Op. cit., vol. I, pg. 77.

([36]) Op. cit., vol. II, pg. 170.

VIII (1604), já se encontra substituída pela Secreta *Munera tibi, Domine,* do Comum de muitos Mártires (Missa *Sapientiam),* como aliás era lógico. c) Existia, além das anteriores, uma terceira secreta de S. Vicente, que ainda se encontra nos Próprios de Braga e de Saragoça:

Hodiernum, (tibi), Domine, sacrificium laetantes offerimus, quo beáti Vincentii caelestem victoriam recensentes, et tua magnalia praedicamus, et nos acquisisse gaude-(a)mus suffragia gloriosa. Per Dominum (37).

Esta é-nos assinalada pelo Missal de Córbia (séc. X) e o Card. Schuster (38) considera-a primitiva; Dom Bruylants, porém, não lhe faz qualquer referência.

É curioso notar que as três secretas se encontravam, nos antigos códices, perto da festa de S. Vicente, em Missas mais antigas: a primeira *(Hostias),* na de S. Fabião (20 de Janeiro); a segunda *(Muneribus),* na da Septuagésima; a terceira *(Hodiernum)* era a antiga secreta de Santa Inês (21 de Janeiro) (39). Relacionar-se-á este facto com a escolha de, pelo menos, alguma delas?

Pós-comunhão. Esta não constitui problema. Apontada uniformemente e sem variantes textuais (40) pela tradição manuscrita, transmitiu-se ao Missal Romano sem outra alteração que não fosse a da adaptação aos dois nomes, quando a S. Vicente se juntou S. Anastásio.

Usada já primitivamente para outros Mártires não Pontífices (41), acabou por se fixar no Comum dos Confessores não Pontífices (Missa *Justus ut palma)* e também se encontra actualmente na Missa da Quinquagésima: *Quaesumus, omnipotens Deus: ut qui caelestia alimenta percepimus, etc.* (42).

3 — As Leituras

Não nos é infelizmente possível fazer, para as leituras da Missa, estudo equivalente ao que realizámos para as restantes partes, por não existirem, que o saibamos, obras de síntese documental suficientemente completas. W. H. Frere (43) limita-se a pouco mais que à menção do núcleo primitivo das leituras da Missa, sem a

---

(37) O que está entre parênteses só o encontrámos nos dois Próprios peninsulares.

(38) Liber Sacramentorum, trad. franc., t. VI (Bruxelles, 1930), pg. 206.

(39) Cf. Dom Bruylants, op. cit., vol. I, pg. 76, que infelizmente lhe não consigna o texto completo, por não existir actualmente no Missal Romano.

(40) Na Missa de 22 de Janeiro. Em outras Missas, esta pós-comunhão tem pequenas variantes que não nos interessa considerar.

(41) S. Gordiano (10 de Maio), S. Romano (9 de Agosto) e antigamente S. Cesário (1 de Novembro), etc.

(42) Cf. Dom Bruylants, op. cit., vol. I, pg. 77; vol. II pgs. 271-272.

(43) Studies in the Early Roman Liturgy, ts. II e III, The Roman Gospel-Lectionary e The Roman Epistle-Lectionary.

história da sua evolução. Ora, se o evangelho de 22 de Janeiro se fixou inicialmente ou quase, não dando por isso lugar a hesitações, o mesmo não sucedeu com a epístola, que os leccionários primitivos não indicam, sem dúvida por ser, nos primeiros tempos, de livre escolha.

Epístola. Os escassos elementos que pudemos coligir dão-nos tal diversidade quanto a esta leitura que nos não permitem sequer suspeitar a existência, não dizemos já duma tradição uniforme, que a não houve, mas ao menos duma tradição preponderante: Ei-los aqui.

Epístola	Fontes
Justum deduxit (Sab. *10*,10ss.)	Munique 3005 (Lombardia; séc. IX) (44)
Beatus vir qui in sapientia (Eccli. *14*, 22-15, 3-4, 6b)	Troyes 522 (Champagne; séc. XI) (44); Missal de Cantuária (séc. XI); Londres, B. M. H. 12.197 (Salisbúria; séc. XIII); Missal Dominicano (ed. de 1666); cf. Missal Ambrosiano (1.ª leitura)
Justus cor suum tradidit (Eccli. *39*,6ss.)	Verona CV (séc. XI) (44)
Lectio Isaiae Prophetae: Haec dicit (*43*, 1ss.)	Vat. Barb., lat. 559 (Lião; sécs. XII-XIII); Lisboa, B. N., Ilum. 10 (Missal Romano; origem? séc. XIV); Próprio Beneditino actual
Qui parce seminat (II Cor. *9*, 6-10)	Lisboa B. N., Ilum. 102 (Missal de Poitiers, s. d.)
Beatus vir qui inventus (Eccli. *31*, 8-11)	Lisboa, B. N., Ilum. 112 (Missal Carmelita; s. d.)
Justus si morte (Sab. *4*, 7-11, 13-15)	Missal Cisterciense (Congr. Port.; 1738)
Lectio Libri Apocalypsis, etc.: Audivi vocem (*1*, 10-11; *2* e *3*, passim)	Próprio Bracarense actual; Próprio de Saragoça (com diferenças)

A epístola mais abonada neste quadro é pois *Beátus vir qui in sapientia,* mas a escassez dos dados nada mais nos permite dizer.

(44) Indicação amàvelmente fornecida por Dom Miguel Huglo, da Abadia de Solesmes.

Evangelho. Quanto a este, já Frere ([45]) nos diz que o havia no núcleo primitivo, e a quase unanimidade das fontes ([46]) permite-nos falar de franca uniformidade. Como o diácono mártir romano S. Lourenço (10 de Agosto), o nosso mártir saragoçano tinha o evangelho *Amen, amen dico vobis: Nisi granum frumenti, etc.* (Jo. *12,* 24-26) ([47]).

Conclusão. A Missa de S. Vicente segue, na sua transmissão, uma linha bastante firme, até a fusão da sua festa com a de S. Anastásio, com estas restrições: a) Não parece ter havido um tracto e uma epístola tradicionais. b) A secreta só relativamente tarde se fixou *(Muneribus)* e, mesmo assim, não universalmente ([48]).

A Missa de S. Vicente em Lisboa e em Faro

Não nos sendo possível fazer a história documentada do que foi a Missa de S. Vicente na Diocese e depois no Patriarcado de Lisboa, limitar-nos-emos a comparar com a antiga Missa, atrás estudada, as três que ùltimamente se têm usado entre nós: a de 22 de Janeiro antes da reforma de S. Pio X, a que veio depois e está actualmente em uso, e a da Trasladação de S. Vicente, que não foi alterada após a mencionada reforma. Analisando o quadro junto, não é difícil observar quanto segue:

1 — Os textos das três Missas em uso no Pariarcado nos dois últimos séculos não representam uma tradição verdadeiramente própria. Gravitam as três, mais ou menos, em torno da antiga Missa que era primitivamente universal na Igreja e que foi abandonada quando S. Vicente deixou de ter uma festa exclusivamente sua.

([45]) Op. cit., t. II, pg. 4.

([46]) Entre as raras excepções, citaremos a do Próprio de Saragoça *(Nolite timere eos:* Mat. *10,* 28-32) e a do Missal Romano da B. N. de Lisboa, Ilum. 10 *(Si quis vult:* Mat. *16,* 24-27).

([47]) Este Evangelho terminava primitivamente com as palavras *qui est in caelis.* Cf. Frere, op. cit., t. II, pgs. 4 e 48.

([48]) Não é sem interesse ajuntar que, em Braga e em Saragoça, existe uma Missa própria de S. Vicente, que, com excepção da oração e do evangelho (próprios em Saragoça, iguais aos que registámos, em Braga), é a mesma em ambas as dioceses. Haverá uma tradição peninsular? Não temos elementos para responder, nem a questão interessa directamente ao nosso inquérito. Eis essa Missa: Intr. *Certamen forte dedit illi Dominus, ut vinceret, et sciret quoniam omnium potentior est sapientia; descenditque cum illo in foveam, et in vinculis non dereliquit eum* (Sab. *10,*12ss.). Ps. *(58,*10) *Fortitudinem meam ad te custodiam, quia Deus suceptor meus es. Gloria.* — Orat. *Adesto, Domine* (Braga); *Da nobis, quaesumus, omnipotens Deus, adversa mundi invicta mentis constantia tolerare, qui beatum Levitam Vincentium nec minis terreri, nec poenis passus es superari. Per Dominum.* — Epist. *Lectio libri Apocalypsis beati Joannis Apostoli (1,*10-11; *2* e *3* passim). *In diebus illis: Audivi vocem magnam, etc.* — Grad. (II Tim. *4,*7-8) *Bonum certamen certavi, cursum consummavi, fidem servavi; in reliquo reposita est mihi corona justitiae.* V. (Flp. *1,*20) *Magnificabitur Christus in corpore meo, sive per vitam, sive per mortem. — All., all.* V. (I Cor. *15,*54) *Cum mortale hoc induerit immortalitatem, tunc fiet sermo, qui scriptus est: Absorpta est mors in victoria. All.* — Evang. *Nisi granum* (Braga); *Nolite timere eos* (Mat. *10,* 28-32; Saragoça). — Offert. (Ap. *3,*5) *Qui vicerit, vestietur vestimentis albis, et confitebor nomen ejus coram Patre meo, et coram Angelis ejus.* — Secr. *Hodiernum tibi* (vide supra) — Comm. (Mc. *8,*35) *Qui perdiderit animam suam propter me, et Evangelium, salvam faciet eam.* — Postcomm. *Caelestibus, Domine, corrobora nos sacramentis: ut eadem virtute vitiorum blandimenta vincamus, qua beatus Martyr Vincentius tormentorum immanitatem pro fide tui Nominis superavit. Per Dominum.*

MISSA DE SÃO VICENTE

	Antiga	No Patriarcado		
		Anterior	Actual	Trasladação
	(a)	(b)	(c)	(d)
Introito	LAETABITUR	LAETABITUR	IN VIRTUTE	LAETABITUR
Oração	ADESTO, DOMINE	ADESTO, DOMINE	ADESTO, DOMINE	DEUS, QUI GLORIOSI
Epístola	[BEATUS VIR QUI IN SAPIENTIA]	SANCTI PER FIDEM (cf. 20 de Janeiro)	JUSTUM DEDUXIT (cf Missa *In virtute*)	BEATUS VIR QUI SUFFERT (cf. Missa *Statuit*, Mart Pont.)
Gradual	POSUISTI DOMINE ℣. DESIDERIUM	JUSTUS CUM CECIDERIT (cf. Missa *Laetabitur*)	BEATUS VIR (cf. Missa *In Virtute*)	BEATUS VIR <———
All. ℣.	BEATUS VIR QUI TIMET (cf. Missa *Os justi*, Conf. ñ Pont.)	QUI SEQUITUR ME (cf. Missa *Laetabitur*)	POSUISTI, DOMINE (cf. Missa *In Virtute*)	POSUISTI, DOMINE <———
Tracto	BEATUS VIR (cf Missa *Laetabitur*)	BEATUS VIR <———	DESIDERIUM ANIMAE (cf Missa *In Virtute*)	.....
Evang.	NISI GRANUM	NISI GRANUM	NISI GRANUM	NISI GRANUM
Ofertório	GLORIA ET HONORE (cf. Missa *In virtute*)	POSUISTI, DOMINE (cf Missa *Laetabitur*)	GLORIA ET HONORE (cf Missa *In Virtute*)	GLORIA E HONORE <———
Secreta	MUNERIBUS NOSTRIS (cf. Missa *In virtute*) [HOSTIAS TIBI] [HODIERNUM TIBI]	MUNERA TIBI... REDDANTUR (cf. Missa *Sapientiam*)	MUNERA TIBI... REDDANTUR <———	OBLATIS, QUAESUMUS, DOMINE (cf. 24 de Nov.)
Comunh.	QUI VULT (cf. Missa *In virtute*)	QUI MIHI MINISTRAT (cf Missa *Laetabitur*)	QUI VULT (cf. Missa *In Virtute*)	QUI VULT <———
Pós-com.	QUAESUMUS, OMNIPOT. (cf. Missa *Justus ut palma*)	QUAESUMUS, OMNIP. <———	QUAESUMUS, OMNIP. <———	TUI DOMINE (cf. 24 de Nov.)

2 — Quanto à *parte antifonal* e às *leituras:* Excluído o evangelho, que se mantém sem alteração desde a primitiva, a missa (b) limita-se a reter o introito da missa (a), *Laetabitur,* tendo-a completado com as restantes peças da missa do comum do Missal Romano encabeçada por aquele introito. Na missa (c), que é a actual, fez-se o mesmo com a missa do Comum *In virtute,* devendo, porém, notar-se que se aproxima um pouco mais da antiga (a), porque o gradual e o versículo aleluiático contêm os mesmos textos que os da missa (a), conquanto em ordem inversa, não falando já da epístola, que, naturalmente sem intenção, é uma das mais antigamente atestadas para a nossa festa (missal lombardo: Munique 3003; séc. IX). A missa (d), da Trasladação, é a que mais se aproxima da missa (a), feita abstracção da epístola, que é a peça incaracterística da festa, e das orações, que são compreensìvelmente especiais.

3 — Quanto às orações, há sérios reparos a fazer-lhes: A colecta de (b) e (c) é a antiga, mas em servil dependência da oração do Missal Romano de 22 de Janeiro. E fácil de verificar, com efeito, a seguinte característica redaccional das orações dos santos no Missal: quando é um só, o nome vem, com raras excepções ([49]), antes da qualidade (apóstolo, mártir, confessor etc.); quando são dois ou mais, o nome vem depois. Exs.: *beati N. Apostoli tui, beato N. Martyre tuo atque Pontifice;* mas, *sanctorum Martyrum tuorum N. et N., sanctis Virginibus tuis N. et N.; etc. ([50]).* Ora, na antiga colecta, a expressão regular *beati Vincentii Martyris tui* deu regularmente lugar, após a junção das duas festas, a *beatorum Martyrum tuorum Vincentii et Anastasii.* Mas quem redigiu (ou corrigiu?) o nosso Próprio não parece ter reparado em tal, pois agora temos *beati Martyris tui Vincentii,* irregularmente... ([51]). E é curioso notar-se que esta irregularidade redaccional já se não verifica na pós-comunhão, que tem regularmente, como outrora, *beato Vincentio Martyre tuo,* não obstante o Missal Romano ter a construção normal *beatis Martyribus tuis Vincentio et Anastasio.* Influência da pós-comunhão da Missa *Justus ut palma (beato N. Confessore tuo)?*

A secreta não merece menor reparo. Vimos, de facto, que a secreta de S. Vicente, *Muneribus nostris,* própria, no Missal Romano, dum Mártir não Pontífice (Missa *In virtude),* acabou por ser substituída pela secreta *Munera tibi,* do Comum de muitos Mártires (Missa *Sapientiam),* quando a S. Vicente se juntou S. Anastásio. Era lógico; mas poderia esperar-se a troca inversa, ao formar-se a nossa missa própria, só de S. Vicente. Tal, porém, não sucedeu: continuamos anormalmente com a secreta *Munera tibi,* própria de muitos Mártires. Tudo o que acima se disse parece pois demonstrar que, não obstante o caso da pós-comunhão *(Quaesumus, omnipotens Deus),* à qual não há reparos a fazer, as orações da nossa missa própria de S. Vicente foram adaptadas sem o devido critério da Missa de 22 de Janeiro, do Missal Romano.

([49]) Nos Comuns, só encontrámos uma excepção na pós-comunhão da Missa da Vigília dos Apóstolos.

([50]) Esta característica é devida, sem dúvida, a razões de eufonia e de equilíbrio das frases.

([51]) A irregularidade ainda fica mais patente se se notar que a única oração do Missal Romano que reproduz exactamente a de S. Vicente, a da comemoração de S. Crisógono (24 de Novembro), tem como é devido: *beati Chrysogoni Martyris tui.*

4 — Pouco temos a dizer das orações da Trasladação (16 de Setembro): a colecta é própria e a sua redacção, que tem a mesma irregularidade acima apontada (*Martyris tui Vincentii)*, não nos parece de corte muito feliz. A secreta e a pós-comunhão encontram-se igualmente juntas numa missa cuja colecta é precisamente a única que, no Missal Romano, reproduz a da festa de S. Vicente (22 de Janeiro): a comemoração de S. Crisógono (24 de Novembro), facto que não deve ser casual. A primeira, *Oblatis, quaesumus, Domine,* pertence à 3.ª Feira da III Semana da Quaresma e é usada, no Santoral, no Comum de muitos Mártires (Missa *Salus autem)*. Mas antigamente, usava-se para um só mártir: além de S. Crisógono, S. Valentim (14 de Fevereiro) e S. Rufo (27 de Agosto). A segunda, *Tui Domine, perceptione,* encontra-se na 4.ª Feira das Têmporas da Quaresma e no 5.º Domingo depois do Pentecostes, mas não parece ter sido utilizada no Santoral fora da Missa de S. Crisógono.

CONCLUSÕES

Numa eventual reforma das Missas próprias do Patriarcado e de Faro, não nos pareceria descabido pensar em não deixar a Missa de S. Vicente tal como está. E como não existe uma tradição nossa verdadeiramente própria, como julgamos ter suficientemente provado, é legítimo sugerir a antiga Missa. Com as devidas reservas, ousaríamos concretizar:

1 — *Parte antifonal:* Seriam adoptadas todas as peças do antigo esquema. Só poderia haver dúvidas quanto ao tracto, que, no entanto, não hesitamos em apontar: *Beatus vir.* De facto, só poderia competir com ele o tracto *Desiderium,* que se lhe pode equiparar na atestação, aliás escassa, desta peça, e o único que, alternando com o primeiro, se encontra actualmente nas Missas de um só Mártir. Mas o tracto *Desiderium,* neste caso concreto, apresenta o inconveniente de vir logo a seguir a um gradual *(Posuisti)* cujo versículo tem exactamente o mesmo texto *(Desiderium animae, etc.),* o que é contra as normas da Liturgia.

2 — *Orações:* A colecta e a pós-comunhão seriam naturalmente mantidas, corrigida a anomalia da primeira. Quanto à secreta, impõe-se o abandono da actual *(Munera tibi),* mas a escolha entre as três antigas é mais difícil. Não nos repugna adoptar a secreta *Muneribus nostris,* que suplantou a primeira *(Hostias tibi),* a não ser que um estudo complementar venha a demonstrar que existe na terceira *(Hodiernum tibi)* uma verdadeira tradição peninsular. Esta última parece-nos, aliás, das três a mais expressiva e a que melhor se adapta ao pensamento da festa.

3 — *Leituras:* Resta o problema da epístola, que, relativamente ao evangelho, não existem dúvidas *(Nisi granum).* Aquela, ao contrário, requer estudo especial, que nos não é possível realizar, ao menos por agora. Limitar-nos-emos pois a referir três normas que deverão ser seguidas na escolha, na medida que sugerirem os dados concretos: antiguidade, tradição local e melhor adaptação à festa.

4 — Quanto à Missa da Trasladação, seria de adoptar-se o esquema antifonal da festa (que é quase o que está agora, como vimos). A colecta actual manter-

-se-ia ([52]); e não nos repugnaria conservar também a secreta e a pós-comunhão, ainda que seja de considerar a hipótese de adoptar as da festa, que as actuais nem fazem referência à trasladação, nem têm tradição antiga que as vincule a S. Vicente. Quanto às leituras, não falando do evangelho, que nunca sofreu mudança, a epístola deveria manter-se distinta da festa; e, se não repugna conservar a actual, não é de excluir a hipótese de escolher outra mais bem adaptada, segundo as normas acima apontadas.

(Continua)

([52]) Sob a reserva de eventual descobrimento de outra melhor, ou de correcções textuais sugeridas por textos antigos, hipóteses aliás pouco prováveis.

UM ESTUDO DE SOCIOLOGIA

Através do diário católico francês «*La Croix*», (1) soubemos da publicação de um estudo de Sociologia e Pastoral na diocese de Séez (ORNE), em França (2). Por felicidade, podemos examiná-lo de mais perto, pois chegou às nossas mãos. Achamos oportunas algumas palavras que o possam dar a conhecer e uma ou outra reflexão sobre os problemas levantados, sobretudo atendendo ao interesse e curiosidade que, entre nós, vão despertando os poucos ensaios em matéria sociológica, conhecidos até à data em Portugal.

A carta de Mons. Dell'Acqua dirigida ao Bispo da Diocese afirmava o interesse vivo que Sua Santidade tem mostrado pela sociologia religiosa, e referia-se nos seguintes termos à publicação: «através do presente estudo abundantemente documentado, pôde o Santo Padre apreciar uma vez mais o auxílio que este género de trabalhos é capaz de trazer ao apostolado». (3)

A relação íntima entre a sociologia religiosa e o labor apostólico, a análise dos fenómenos religiosos em ordem a uma acção pastoral mais adaptada e eficaz, a visão mais precisa e mais vasta do meio de actividade apostólica, seja ele a diocese ou a paróquia, a orientar esforços definidos na evangelização, afiguram-se linhas de força no presente trabalho, o qual parece ser demonstração real da excelente missão da sociologia «*na procura duma pastoral realista*». Será ela que não deixará cair a pastoral em soluções ilusórias e «fáceis». Isto teve o cuidado de acentuar o Cónego Boulard falando ao clero da diocese de Séez numa sessão de estudos pastorais, ao apontar como um dos deveres do padre o «recusar a ilusão e a facilidade» nos métodos de apostolado. Uma solução fácil, por exemplo: «fazer a união dos paroquianos de diversos meios num ponto secundário, por mais útil que seja (salão paroquial, qualquer agremiação etc.) e manter silêncio nos problemas essenciais que são, apesar de tudo, os pontos de inserção concreta do Evangelho na vida das pessoas (trabalho, dinheiro, salário, habitação, vida familiar, técnicas materializadoras, férias, interpenetração do mundo operário e do mundo rural, etc.)».

Não foi a facilidade que inspirou a atitude do Bispo D. Pasquet, mas sim o tentar a unidade de visão das forças apostólicas. «Após a leitura dos cartogramas que nos dão a conhecer a prática religiosa... sabemos melhor quais as nossas riquezas; mas também, os factos estão diante de nós, brutalmente dolorosos: dezenas de milhares de almas existem, entre nós, para quem a graça do baptismo permanece morta», confessa ele na apresentação inicial do opúsculo, acrescentando, depois, com grande juventude de alma e com não menos verdade: «começamos a *ver claro;* em breve esperamos *agir eficazmente*».

Princípios de orientação

O inquérito socio-religioso vale não só pelo enorme trabalho empreendido, tomado isoladamente, pela maneira eficiente como decorreu, mas sobretudo pelas ideias-mestras que se descobrem, enfim, pelos princípios maravilhosos que orientaram o esforço de pesquisa. De tais princípios, definidos pelo Cónego Boulard na referida sessão, passamos a falar, transcrevendo alguns no vigor das suas próprias expressões. De modo geral, dizem respeito à função pastoral da sociologia religiosa. (4)

I) — «*O inquérito de sociologia não é um meio fácil e automático para converter as multidões, nem a receita mágica que substitui a vida ascética ou a ciência teológica ou o trabalho de pensamento; não é o padrão que mede a acção do Espírito Santo.*

— *O inquérito sociológico é um método rigoroso e científico de investigação dos meios de vida a que a Igreja deve apresentar a mensagem de Jesus Cristo; mostra aos olhos que se abrem à realidade os factos sociais na sua objectividade,* não «*inventando*», mas «*verificando*»; além disso, põe o apóstolo de sobreaviso contra o que está em perigo na vida profana, e longe de o dispensar do dom de si, da ascese, do esforço de reflexão, exige-os. Reclama espíritos que, respeitando a mais sã teologia, frente aos números que evocam realidades humanas, sejam capazes de criar a linguagem e a acção que transmitam às diversas categorias dos homens de hoje a mensagem autêntica de Cristo, sem a deturpar».

Repare-se agora na riqueza do conteúdo que se esconde sob o seguinte princípio:

II) — «*Não há soluções pastorais verdadeiras e realistas que não se dêem conta simultâneamente do «meio geográfico» e do «meio sociológico»*. Qual o alcance destas expressões, que constituem a chave de interpretação do que fica escrito? Na mesma publicação se explica: «Hoje todo o homem pertence a dois «meios»: o «meio geográfico» (definido pelo local e habitat) e o «meio sociológico» (fábrica, escola, profissão, círculo de relações, o meio, o que se chama «o nosso mundo»). Ambos pretendem dar ao homem certa *cidadania,* uma cultura através da qual deve encontrar a Jesus Cristo». (dois indivíduos com a mesma profissão, mas de regiões diferentes: duas mentalidades diversas, outros tantos modos de encontro com o Evangelho). E continua: «*Trabalhar só no plano geográfico é condenar-se a não atingir os homens do nosso tempo senão numa parte da sua vida.* Aliás, hoje em dia, importa verificá-lo lealmente os «*meios sociológicos*» crescem em força e influência com detrimento dos «*meios geográficos*» e nos anos mais próximos tomará dimensões inauditas, em virtude das novas técnicas de trabalho e locomoção».

III) — «*Há uma lei: sempre que se produz qualquer mudança de civilização, de novo se põe o problema da vida cristã*» (um aldeão que vem para a cidade, um jovem que deixa a família para frequentar um colégio, etc.). E eis a pergunta que surge: «a nossa pastoral terá sido pensada e vivida em função de um mundo que se transforma ou de um mundo feito múmia, que se moldou dentro dum passado que evolucionou totalmente?» Não se dará o caso de muitos dos que se dedicam ao apostolado se acharem atingidos por tão arguta observação? Ou então não seremos levados, de antemão, a pensar que «nada podemos», nada há a fazer contra o nível de vida religiosa ou au-

sência da mesma, por causa do que chamamos a «pressão social»? Com justeza se lê no opúsculo que vimos a comentar: «*Pressão social, factores sociológicos* são expressões fáceis para justificar uma pastoral petrificada, espécie de fatalismo ante fenómenos que nos dominam, uma recusa do esforço de pensamento e imaginação no sentido de procurar métodos adaptados às exigências do mundo actual. Todo o homem é chamado a dar uma adesão livre a Deus e ninguém está condenado automàticamente a recusá-la».

Do que se fez

Foram expostos alguns princípios essenciais na orientação de reformas na pastoral, já conhecidos de muitos mas nem sempre vistos na autêntica perspectiva e sobretudo raramente objecto das reflexões de quem se empenha nas lides do apostolado. Dos princípios saltemos ao campo das realizações concretas. Muito sumàriamente tentarei dar aos leitores uma resenha do que se fez na diocese de Séez, e um ou outro comentário à maneira eficiente como foi elaborado o trabalho, bem como aos seus aspectos mais salientes. De tudo isto nos dá conta a publicação, quer nas muitas listas de números apresentadas, quer ainda nos mapas a cores, que lhe vêm anexos. «A apresentação notável, luxuosa mesmo dos quadros coloridos dá-nos a fisionomia precisa de cada zona. São 18 cartogramas representando os níveis da prática religiosa (comunhão pascal e missa do domingo) dos adultos, depois dos homens, mulheres, rapazes, raparigas, operários de indústria, operários agrícolas, proprietários rurais. Igualmente se representou o movimento de migrações quotidianas para o trabalho profissional, para o meio escolar e, finalmente, a evolução demográfica desde o ano de 1831». (5)

Durante o ano de 1955 foram organizados seis inquéritos, a saber: sobre a prática religiosa por idades e profissões, as migrações de operários, e as migrações escolares; os restantes lançaram-se nas diversas escolas e instituições do ensino privado e versavam sobre o recrutamento dos alunos, a irradiação sociológica dos antigos alunos, e as vocações sacerdotais e religiosas saídas do estabelecimento. Na recolha de todos os elementos necessários se empenhou o clero paroquial e não paroquial, nomeadamente os assistentes da Acção Católica e de outras obras de apostolado. Caso curioso e bastante raro em estudos desta natureza é a não aceitação dos dados fornecidos pelas estatísticas oficiais da população, o que vem a dar como resultado pequenas diferenças nos números. A sua obtenção deve-se às informações directas e precisas dos Párocos, facto que é digno de registo e muito honra o clero da diocese. Entre as 512 paróquias de Séez responderam 503; sem dúvida que representa uma percentagem modelo de respostas, a que está subjacente o extraordinário interesse dos padres da diocese pelos problemas de ordem pastoral. Em Dezembro de 1956, foi a apresentação ao clero dos resultados do inquérito, em sistematização excelente, como se pode observar nos cartogramas do opúsculo. Com base nessas conclusões, D. Pasquet, Prelado da diocese, definiu a orientação das novas estruturas pastorais sobre que assenta o pastoreio da grei que lhe está confiada.

Desviamos agora a atenção para os aspectos que foram revelados pelo presente estudo de sociologia, considerando um ou outro em particular, porque mais significa-

tivo. Uma das grandes inovações que se está infiltrando em estudos deste género é a definição de «*Zona humana*». Demos a palavra a D. Pasquet: «os inquéritos fizeram-nos descobrir através da diocese regiões dominadas por semelhantes influências humanas, económicas e sociais. Os nossos métodos de Pastoral hão-de ter isso na devida conta. Parece-nos necessário inserir o apostolado numa dimensão nova, na qual o Cónego Boulard nos tinha iniciado: para além do horizonte da paróquia e da vigararia abrimos novo escalão de acção pastoral — a Zona humana». Em que consiste e onde reside o segredo de tal «*descoberta*» se assim me é lícito exprimir? A autoridade do sempre citado cónego Boulard no-lo atesta, segundo palavras do próprio opúsculo: «*para atingir os fenómenos da vida social, importa delimitar os sectores humanos capazes de os abarcar*. A paróquia e a vigararia são unidades muito reduzidas; a diocese é unidade muito vasta. *A unidade apostólica será um conjunto de paróquias, vigararias ou divisões das mesmas, caracterizadas por mentalidades e problemas comuns*». Da análise de diversos dados concretos, de situações, condições de vida, tais como a prática religiosa, as possibilidades da terra, as profissões, vias de comunicação, demografia, transacções comerciais, etc., ressalta um território determinado por mentalidades e problemas idênticos em todos os seus habitantes, para além de mil e uma pequenas diferenciações que não estorvam a necessidade de uma evangelização comum.

Na referida diocese, de extensão relativamente pequena e de população que não ultrapassa os 280.000 habitantes, foram criadas nada menos do que nove zonas abrangendo as 36 vigararias existentes.

Todavia a divisão em zonas reclama unidade de trabalho; e aqui entramos noutro aspecto fundamental das novas estruturas da diocese, detectadas pela sociologia religiosa. Já o Cónego Boulard afirmava como princípio: «a eficácia da acção na zona está ligada à unanimidade de todas as forças vivas apostólicas capazes de trabalhar, de que não se pode excluir o laicado cristão (6) dotado de «missão insubstituível e necessária na construção do mundo apto a receber a revelação divina». E Sua Santidade o Papa Pio XII dizia, em discurso aos prègadores da Quaresma no ano de 1955, que convinha «reexaminar o trabalho apostólico à luz dos princípios que regulam toda a colaboração bem entendida. A Nós parece-nos ser esta uma das exigências mais imperiosas para a acção apostólica do clero e do laicado». Primeiro que tudo o trabalho sério de pastoral, qualquer que seja, exige acção conjunta de todo o Clero, a ausência de toda a sombra de individualismo, a integração de todos os esforços no plano paroquial e mais, no plano diocesano. Compreende-se, pois, a conclusão dos 195 sacerdotes reunidos nas sessões de estudo de Dezembro último, juntamente com o seu Bispo, na diocese de Séez: «afirma-se como instituição de primeira importância o encontro regular, habitual dos sacerdotes de um sector determinado para pensar, orientar e pôr em comum fraternalmente o labor de evangelização».

Na certeza de que a Pastoral é obra comum e no desejo de que ela o seja verdadeiramente na sua diocese, parece de louvar a atitude do insigne Pastor de Séez: a organização de comissões de acção pastoral, comissões necessárias para cada zona em particular, adaptada, portanto, às exigências reveladas pelo inquérito de sociologia religiosa. De oportunidade e alcance extraordinários são as missões regionais que estão previstas.

Após estas duas grandes directivas, que são outras tantas ideias-mestras de «*Pratique religieuse et orientations Pastorales*», apontem-se em resumo a significação de alguns factos mais, revelados no inquérito e largamente desenvolvidos na referida publicação:

1 — Nos mapas é notória a regressão progressiva da prática religiosa, de ocidente para oriente, quaisquer que sejam as pessoas recenseadas, as idades ou profissões. Tal facto dá origem à divisão bastante nítida da diocese em regiões e facilita sobremaneira a especialização de forças na acção pastoral.

2 — Como em toda a parte, também nas zonas desta diocese, a presença na igreja das mulheres é nitidamente superior aos homens.

3 — A percentagem da prática religiosa dos jovens de 14-18 anos é mais elevada que a dos adultos, o que levanta um problema grave de pastoral: a deserção e a vida à margem da Igreja e do Evangelho, precisamente no momento em que se toma um rumo, qual é a constituição do lar e as consequentes relações sociais mais intensas. «O que Jesus Cristo quer penetrar da Sua vida é o homem no que tem de mais adulto e mais forte, são os problemas da vida real que cada um tem de resolver em cada dia. Se olharmos mais de perto os dados do inquérito da prática religiosa, verificaremos que a *idade activa,* que as dimensões da vida profana activa lhe escapam. Tiremos das nossas igrejas as mulheres, as crianças e os velhinhos; que nos ficará? Eis o drama da pastoral: o culto está longe de atingir todos os que Deus nos confiou» (50 % dos homens, exceptuadas 3 a 4 vezes no ano, vivem fora do culto e 49 % só frequentam a igreja para o casamento e seu funeral)...

Em Portugal e mòrmente no Patriarcado a acuidade do problema é ainda maior.

4 — Tal como entre nós, as categorias profissionais mais atingidas pela descristianização em massa são por ordem decrescente os operários de fábrica, os trabalhadores do campo e os funcionários.

Impossível alargar-nos em outros aspectos interessantes do excelente estudo sociológico que nos propusemos dar a conhecer aos leitores, nas suas linhas mais gerais. Permitimo-nos ainda, no entanto, a transcrição quase literal do trabalho feito acerca das causas e consequências das migrações operárias, estudo baseado em números fornecidos pela mesma sondagem, dados que o opúsculo não expõe por falta de espaço. É suficiente o mapa. Apresentamo-lo pela universalidade do problema existente também no nosso meio português, e pela clareza de visão de quem o elaborou, o P. Courtin assistente da Acção Católica Operária:

1) *Porquê as deslocações de operários?* — «Não há trabalho no lugar — não existem casas no sítio onde se trabalha — é necessário ganhar mais — certos empregos de ocasião ou locais exigem as migrações diárias ou semanais».

2) *Consequências:* a) *Na vida familiar:* horários diferentes, em lugares diferentes, originam saídas em separado e só se podem encontrar uma vez por semana. «A ausência prolongada fora do lar faz perder o gosto da casa e o espírito de família». b) *Na saúde:* 30 km de moto todos os dias — raparigas permanecendo ao frio durante 3 quartos de hora, antes e depois do trabalho — refeições a correr, comida

fria, donde a fadiga, os nervos... c) *Na mentalidade:* de rural a operária, onde encontra a insegurança, o espírito colectivista, o «deixar correr», a incompreensão no seio familiar. Vantagens há-as na fusão de meios sociológicos, de caracteres, menos egoísmo, em certos casos. d) *Moralidade:* promiscuidade nas deslocações em autocarros, infidelidades conjugais (alguém que deixa o marido e o filho para viver com X que conheceu nas idas para o trabalho). e) *Vida religiosa:* conversas, atitudes que abalam convicções religiosas; perda do contacto regular com o padre, prática impossível para certas profissões... O hábito de viajar de semana gera o passeio aos domingos e festas. f) *Divertimentos:* o meio de transporte torna-se ao domingo um instrumento de diversão com todas as vantagens e inconvenientes anexos, sobretudo a separação das famílias em virtude de divertimentos diversos. Tais deslocações na diocese, pobre de grandes centros industriais, fazem explodir todos os dias a paróquia «e, na prática, a paróquia *real* não corresponde à paróquia territorial».

3) *Como agir?* — «Necessidade de conhecer cada membro da família paroquial, sobretudo aqueles que se deslocam — saber pôr-se muitos «porquês» — multiplicar as visitas, estreitar contactos no sentido de conhecer a trama da vida quotidiana, sem pretender sempre uma solução («é preciso saber calar-se») — encontrar-se nos sítios e horas «psicológicas» (entradas e saídas de fábricas, partidas e chegadas de comboios) — notar por escrito tudo — fazer um exame de consciência sobre a pastoral dos sacramentos e do culto para a relacionar com a receptividade dos fiéis».

Eis os tópicos principais de uma acção sacerdotal em meios deste género.

Pretendemos dar a conhecer um bom trabalho de sociologia religiosa, que veio proporcionar visão clara e precisa dos problemas cristãos da diocese de Séez para maior eficácia de acção no campo da Pastoral. Não se estranhe, pois, a omissão de referências mais pormenorizadas, sobretudo no tocante a resultados numéricos; atendeu-se, de preferência, aos pontos de maior universalidade na esperança de que possam ser úteis ao movimento do apostolado no meio nacional. (7)

ANTÓNIO CARRILHO

---

(1) «L'apport de la Sociologie Religieuse à l'apostolat» in «*La Croix*» — 21-XII-956.

(2) «PRATIQUE RELIGIEUSE et ORIENTATIONS PASTORALES — DIOCÉSE de SéEZ», — 32 páginas, com 28 mapas a cores.

(3) Citado em «La Croix», pg. 5 (21-XII-956).

(4) Op. cit. — condensado mais ou menos literal de pgs. 3-4.

(5) Cf. recensão feita em «Les Cahiers du Clergé Rural» (Dez. 1956), pg. 476.

(6) Sobre a missão dos leigos e consequente cooperação no campo pastoral muito haveria a dizer e muitíssimo há a realizar. Estamos em crer que o conjunto dos sacerdotes ainda não fez um acto de fé efectivo no laicado cristão.

(7) Ao longo do que fica escrito todas as citações que não indicámos, se podem encontrar no relatório «PRATIQUE RELIGIEUSE ET ORIENTATIONS PASTORALES».

SACERDOTES E LEIGOS NA ACÇÃO CATÓLICA

Testemunhos de um Leigo

Mais ou menos consciente, sempre a acção dos leigos pesou fortemente na Igreja, aumentando ou reduzindo o seu alcance na dilatação das fronteiras do Reino de Deus. Eles são, por natureza, obrigados a *testemunhar,* por Cristo ou contra Cristo. Desde o «vede como eles se amam!» dos primeiros tempos, que atraía irresistìvelmente os pagãos, até à frieza dos nossos dias, que afasta do Amor muitas almas ardentes, o *apostolado* leigo tem sido sempre um facto, sempre inevitável, e tanto mais *eficaz* quanto mais os leigos pretenderem abster-se de qualquer espécie de testemunho. Diante de Cristo não pode haver neutralidade.

Ao lado dos neutros, houve sempre os que fugiram à traição pelos caminhos dum apostolado consciente, mais ou menos adequado às necessidades dos tempos e mais ou menos vinculado à orientação da Igreja. Todavia, por maior que fosse a sua fecundidade, tal apostolado ficava sempre qualquer coisa de marginal, e representava um suplemento, senão indispensável, pelo menos sentido como inferior em qualidade.

Nos nossos dias, porém, com a Acção Católica, tudo isso mudou. A neutralidade deixou de funcionar como *alibi* e o apostolado dos leigos organizados, inserido no sobrenatural, elevado à dignidade de «quase sacerdócio», tornou-se participante da missão confiada aos Apóstolos e beneficiário das graças que actuam sobre a Igreja ensinante.

Esta é, em resumo, a extraordinária novidade que a Acção Católica nos trouxe. Com ela, o apostolado leigo adquire um sentido que antes se não situava: é, rigorosamente, apostolado da Igreja, tal como o é o apostolado hierárquico em que participa: não só devido ao facto de sempre se pressupor ajustado ao pensamento da Hierarquia e à infalibilidade doutrinal do Sumo Pontífice — isso é uma característica elementar de qualquer acção que se pretenda católica — mas ainda porque é feito sob a inspiração, direcção e vigilância dos sucessores dos Apóstolos — garantia da inspiração, direcção e vigilância de Jesus Cristo.

Braço secular? — Evidentemente, a Acção Católica é secular, mas talvez não seja conveniente tomar a metáfora muito à letra, com todas as reminiscências históricas a que ela anda ligada. Em rigor, a Acção Católica não é *braço secular,* porque é a própria Igreja oficial presente no século. E se tem por missão defendê-la, não é à maneira do braço secular, que, quando a não utilizava como escudo de si próprio, via sempre nela qualquer coisa de precário, cuja continuidade só a força garantia. Fá-lo à luz das verdades da Fé, realizando, por meio duma Caridade feita «technicienne», uma difusão larga dos seus bens. Além disso, com a Acção Católica pretendeu-se menos utilizar para fins religiosos a eficiência temporal dos leigos do que dar

uma dimensão religiosa, apostólica, à acção dos leigos no plano temporal. Ela não é o complemento secular dum ministério sagrado, mas participação nesse ministério sagrado. Se assim não fosse, Pio XI teria antes falado de *auxílio* ou *execução* ou *desenvolvimento*... e não teria aplicado a tal participação a palavra de S. Pedro: «sacerdócio régio».

A Acção Católica será portanto o *braço secular*, mas a exercer uma função sacerdotal. Corresponde em certa medida a uma metodologia da evangelização, sem todavia deixar de significar algo de mais importante do que isso: um alargamento dos valores religiosos para lá das paredes do templo, até às últimas fronteiras do humano. Ainda que se revelasse inoperante, nem por isso deixaria a Igreja de ficar com ela enriquecida. Porque não se trata apenas duma questão de táctica. Trata-se ainda da tomada de posse de novas realidades teologais, implícitas desde S. Paulo na doutrina do Corpo Místico e sopradas no nosso tempo pelo Espírito do Pentecostes em acção na história.

E como não significa apenas nova táctica, a Acção Católica não deve ser encarada exclusivamente do ponto de vista da eficácia imediata. Ela é uma parcela da Igreja, não aderente nem epidérmica, mas profunda e central. Participa do mistério da Igreja — sempre desconcertante quando vista do ângulo da eficácia imediata — na qual se continua o mistério de Cristo, que morreu na ignomínia sem eficácia imediata absolutamente nenhuma.

Isto tira-lhe por completo a aparência duma *cruzada de emergência* — aparência gerada no facto de a sua necessidade se fundamentar demasiado nas condições passageiras do nosso tempo. Qualquer que seja a sua actividade e o seu destino, ela representa já no plano das realidades uma aquisição definitiva que há-de durar por todos os séculos dos séculos.

Um dos elementos que mais contribui para obscurecer aos olhos de muita gente o seu carácter sobrenatural reside no facto de todas as suas funções se desenrolarem sob o signo da obediência. Tira-se daí, muito embora se não formule, a conclusão de que ela é o sector dos incapazes, que necessita de comando até ao mínimo gesto. Coisa estranha. Na obediência estão assentes todas as pedras da Igreja. E é precisamente o seu enquadramento no edifício da obediência aquilo que garante à Acção Católica um carácter sobrenatural. Ainda que ela fosse de facto o sector das pedras toscas. Não é a pedra que santifica o templo, mas é o templo que santifica a pedra. Na pedra tosca empenhou a Hierarquia a sua palavra; nela está a Igreja comprometida; Cristo está com ela.

Demasiado imbuídos do espírito do século, confundimos muito a obediência cristã com a obediência civil ou militar — que não precisa de ser senão externa e tem o seu fundamento pràticamente reduzido a conveniências pragmáticas, (eficácia, harmonia social, ordem estabelecida), sem referência à suprema dignidade de todo o poder legìtimamente constituído. Nas fileiras de Cristo, porém, obedece-se por dentro e por fora, e obedece-se porque se ama a Deus e a vontade de Deus é soberana. A obediência é um acto de Fé e de Caridade. Por isso mesmo, não é cega. Pode prescindir duma clarividência absoluta sobre o imediato, mas necessita absolutamente da clarividência sobrenatural quanto ao bem que Deus pode tirar de prováveis erros quando o espírito de obediência lhes garante a fecundidade: como Cristo não erra, todo o erro que Ele

permita ao nível do humano entra sempre com sinal positivo na economia do sobrenatural. «On ne se trompe jamais quand on obéit» — dizia o Cardeal Suhard. Longe de ser uma forma de preguiça, a obediência cristã exige um trabalho interior de adesão, de sacrifício, de pressentimento... Graças a ele quem obedece executa as ordens com a lucidez e a segurança que teria se fosse autor delas. E esta progressiva coincidência interior com a Verdade conquista-lhe uma sabedoria sempre nova e uma autonomia cada vez mais larga... A obediência cristã torna-se deste modo a mestra da liberdade. No entanto, *corruptio optimi pessima:* onde aquele que obedece se sentir mais autómato do que autor, aí não há milícia de filhos de Deus mas tropa mercenária; não há obediência mas apenas, quando muito, férrea disciplina castrense.

Para demonstrar os efeitos da obediência cristã, basta o paradoxo, vivo na história há dois mil anos, de serem precisamente os homens que mais obedecem aqueles que disfrutam de maior autoridade: onde há, no mundo de hoje, uma voz tão livre e respeitada como as dos bispos católicos, especialmente o bispo de Roma?

É pelas vias de obediência, donde lhe vem o sobrenatural, que a Acção Católica há-de chegar a ser uma voz livre no mundo.

*
* *

Uma dimensão sobrenatural, conferida pela inserção na Igreja e pelo *compromisso* da Hierarquia — eis o que constitui a essência da Acção Católica.

Mas além desta característica que é comum a todo o apostolado hierárquico tradicional, a Acção Católica possui ainda uma outra, que a distingue e a especifica: a sua natureza eminentemente laical. Não só por ser o laicado o seu agente e o seu sujeito próprio, mas ainda porque a sua organização e actividade se encontram directamente referenciadas ao apostolado global da Igreja, confiado aos Apostolos, sem qualquer espécie de enfeudamento aos processos e métodos de evangelização usados pelo clero. No caso contrário, a Acção Católica não seria dotada dum estatuto jurídico e duma hierarquia própria, e bastaria que o padre constituísse, ao nível da paróquia, equipas auxiliares que possibilitassem maior alcance à sua acção. Por outras palavras, a Acção Católca não é clerical.

Quer isto dizer que se reconheça aos leigos uma competência maior na difusão da palavra de Deus? Questão ociosa. E todavia, já o Sumo Pontífice (Pio XII) sentiu necessidade de se pronunciar sobre ela: — que não.

A Acção Católica não pretende suprir a deficiência numérica do clero — e uma das provas disso é a necessidade de especialização que se está fazendo sentir. Não pretende tão pouco alargar em extensão a zona de alcance do apostolado do clero. Pelo contrário. Pede ao clero uma actuação em profundidade, a única compatível com a escassez numérica — ao mesmo tempo que chama a si as responsabilidades dum apostolado diferente, tão eclesial como o do clero, mas não já baseado tanto na palavra de Deus como no *testemunho de Deus,* elaborando e cultivando uma *espiritualidade concreta* que tome em conta e vitalize o meio, a profissão, a família, os grupos, etc. Um testemunho sem «pose», sem ênfase, expresso no banal quotidiano, mas que, inexplicável sem Deus e falando alto por si mesmo, seja portador do fermento cristão junto

de almas que parecem «naturalmente ateias». Sem fechar os olhos aos perigos dum activismo lúdico ou pragmatista e sem excluir a palavra oportuna no momento oportuno, a Acção Católica é, predominantemente, *acção*.

Destina-se a qualquer coisa que nem o clero, ainda que triplicasse em número e em fervor apostólico, poderia fazer por ela. «Não é só legítima e necessária, mas até — dizia Pio XI em 1931 aos dirigentes da Acção Católica de Roma, — *insubrogável*». Porque haja meios hostis, fechados à penetração dos sacerdotes? Isso vencia-se, em certos países a golpes de táctica, mediante a ocupação de certas posições temporalmente dominadoras (do que Deus nos livre!) e noutros a golpes de heroicidade, pela via estreita do sacrifício. Mas o clericalismo já deu as suas provas; e o exemplo dos padres operários, ali perto, chega bem para mostrar até que ponto pode ir o heroismo sacerdotal — ao mesmo tempo que demonstra, *a contrario*, a necessida duma Acção Católica operante no mundo do trabalho. Ela é na verdade insubstituível, em parte porque certos meios paganizados repelem ou desaproveitam a palavra dos sacerdotes: «fides ex auditu», só quando há uma disposição interior adequada, uma aceitação prévia do divino. Mas é insubstituível acima de tudo porque o testemunho que o nosso mundo está em condições de receber é um testemunho incarnado nas condições em que vivem as pessoas a que ele se destina. O testemunho dum sacerdote não pode ter para um mineiro a força estimulante que teria o testemunho doutro mineiro. Até para o rebanho das ovelhas fidelíssimas, a santidade do sr. prior fica sempre um espectáculo longínquo e vagamente irreal; impressiona, mas não *arrasta* mais do que os prodígios do faquirismo. Qualquer exibicionista exerce na paróquia maior influência com dois dedos de filantropia do que o sr. prior com um elevado grau de caridade e perfeição. É da natureza das coisas. Dir-se-ia que Nosso Senhor se empenhou em que tudo exigisse do seu ministro virtudes extremas, purificadas na solidão do sobrenatural e despojadas de todas as compensações que o mundo possa dar. Por mais que faça, ele não pode deixar de ser um *separado*, tanto mais *separado* quanto mais santo for e mais perto dos homens estiver. E a esta santidade que o separa nem sequer pode fugir, porque ela mesma se lhe impõe como alternativa de fracasso. Está marcado. Condenado à santidade e à solidão, ainda que ponha gravata ou vista fato de macaco e trabalhe nas oficinas. Na medida em que for fiel à sua vocação aumenta o seu poder santificador, mas, como se fosse homem doutra raça, nesse mesma medida diminui, perante os que vivem nos arrebaldes da cidade santa, a virulência do seu testemunho.

Não assim com os leigos. Também eles têm a vocação da santidade. Mas, inserida num dado contexto humano, cultivando a espiritualidade inerente a cada estado e situação concreta, a santidade laica exprime-se de maneira diferente, projecta-se vigorosamente no temporal — nas instituições, nos costumes, na classe, no grupo, na profissão, na família, num estilo de relações entre iguais. Não possui um valor sobrenatural diferente nem traz maior riqueza ao Corpo Místico, mas produz um testemunho mais inteligível, mais sedutor, mais capaz de ferir e contagiar toda a espécie. Parece haver uma lei do testemunho, segundo a qual a sua universalidade aumenta na razão inversa da hierarquia social: o testemunho dum homem é plenamente válido entre os seus iguais e superiores, mas degenera ou perde a força perante inferiores e estranhos. Exemplificando, o testemunho de santa Maria Goretti adquire

para princesas uma validade e um dinamismo que o testemunho de santa Isabel de Aragão dificilmente produziria nas camponesas do seu tempo. Talvez para dar ao seu testemunho uma universalidade sem limites, Deus quis ser apenas entre nós o Filho do Homem, sem títulos, pobre e desarmado até ao fim.

Obra da Igreja feita por homens comuns, a Acção Católica testemunha e difunde a Cristo nas mais baixas e longínquas paragens do humano, ali onde os sacerdotes, precisamente porque o são, só podem ir de visita e estar de passagem.

Obra feita por leigos. Não em nome do sr. padre Fulano, porque isso seria ainda acção do sr. padre Fulano, mas em nome da Igreja. E segundo um mandato conferido pela Igreja, em ordem a uma missão específica, inferior à missão sacerdotal mas distinta do apostolado sacerdotal *stricto sensu*. Nela, os leigos cumprem um dever que é *seu*, não por adopção, mas a título próprio, e são responsáveis directamente perante a Hierarquia instituída por Cristo. Não podem alienar esse dever a quem por ventura o cumprisse melhor, sob pena de perturbar a natureza das coisas: a natureza do sacerdócio, a natureza do laicado e a natureza da Acção Católica.

*
* *

Um apostolado assim exercido por leigos, embora constituindo, como notava Pio XI, «uma parte integrante do ministério sacerdotal» *(Ubi Arcano Dei)*, e não obstante os «tantos pontos de contacto» com o sacerdócio propriamente dito, mencionados por Pio XII, um apostolado assim fundamenta-se num sacerdócio fatalmente incompleto, um «quase sacerdócio» — privado das graças inerentes ao sacramento da ordem. Por isso os sacerdotes têm uma função suplementar e indispensável na Acção Católica: «O apostolado da Acção Católica obriga tanto os sacerdotes como os leigos, embora de modo diverso» (Pio XI, *Carta ao Episcopado Argentino*, 1931). Função decisiva, a ponto de Pio XI afirmar em 1939 que «em todos os países, o destino da Acção Católica se encontra nas mãos do clero».

De que modo devem os sacerdotes exercer essa função? «Os sacerdotes devem assistir aos leigos, afim de que a acção destes se não desvie do recto caminho e respeite sempre, com a fidelidade devida, as normas e directrizes da Hierarquia eclesiástica. Além disso, os sacerdotes devem formar as consciências dos associados segundo os princípios cristãos e, sobretudo, as consciências daqueles que devem ser dirigentes; porque sòmente os que, pelas ordens sagradas, são ministros de Cristo e dispensadores dos ministérios de Deus, possuem os subsídios necessários para tal fim». *(Carta ao Episcopado Argentino)*.

Como se vê, portanto, o Assistente eclesiástico não participa directamente no apostolado leigo enquanto tal: não é um dirigente, não traça caminhos, não elabora programas dentro da esfera de autonomia concedida a cada organização. Mas actua directamente, como teólogo e como sacerdote, nas consciências daqueles que têm a Acção Católica a seu cargo. Como membro que é da Hierarquia de Ordem, tem a missão *(Estatuto da Acção Católica Portuguesa*, art. 96.º, al. b) de «formar, assistir e animar os associados da Acção Católica em ordem ao seu apostolado» (seu — deles!); e como delegado da Hierarquia de Jurisdição, não representa essa mesma Hierarquia

na plenitude dos seus poderes (que sob este aspecto se encontra já representada na estrutura e no funcionamento da instituição), mas, em virtude da preparação doutrinária e da experiência interior que possui, limita-se a «manter e defender a integridade da fé, da moral e da disciplina da Igreja» — da Igreja, *lato sensu*, e não preferentemente da Acção Católica.

Esta missão, assim como a competência que lhe define o artigo 98.º do *Estatuto* nas alíneas *c*, *d* e *e* — intervir, opor o seu veto, dar parecer — pressupõem exactamente uma actividade laica anterior a fundamentar a necessidade do seu exercício. A acção do Assistente, nesse aspecto, destina-se apenas a evitar que essa actividade se desvirtua ou seja vítima da sua própria abundância.

Mas se, num dado caso real, tal actividade não existe? Nesse caso é ainda ao Assistente, enquanto sacerdote, que compete despertá-la, fazê-la nascer, encorajá-la, pelos vários processos que S. Rev.ª já conhece ou há-de descobrir nas entrelinhas do seu breviário. Neste sentido, e não em supostas atribuições de direcção que lhe pertencem, é que o destino da Acção Católica se encontra, conforme a expressão de Pio XI, nas suas mãos. Se, levado por um excesso de zelo ou por uma falsa noção das responsabilidades, se substituísse aos leigos em funções de direcção, lhes apresentasse uma sábia orientação que excluísse os passos em falso, solucionasse os problemas em discussões tacteantes, suprimisse nas deliberações o critério do número, presidisse de facto, e consentisse que o acatamento às suas opiniões se colocasse no mesmo plano da obediência ao pensamento da Hierarquia, talvez se fizessem coisas muito bonitas, talvez se carreassem abundantes materiais para o relatório, mas uma coisa de certeza se não faria: Acção Católica. Nem sequer, e muito menos, formação católica. Porque a formação exigida pela Acção Católica contém, virtualmente, uma promoção religiosa do laicado — extermínio dos bonecos de corda e das máquinas de recitar lições inhas aprendidas de cor.

Que os leigos devam ajudar o sr. prior a fazer o seu apostolado também não deixa de estar certo, mas é uma afirmação que nada tem que ver com a Acção Católica: se lhe for aplicada na prática esvasia-a do seu conteúdo específico e seca uma das fontes da sua vitalidade. O contrário é que me parece que deve ser proclamado e praticado: o sr. prior ajuda os leigos a fazerem o seu apostolado na Acção Católica. É isto que as necessidades reclamam. É isto que exige a estrutura jurídica da Acção Católica, que, como já vimos, se insere na Igreja directamente, por si própria, e não através do Assistente eclesiástico. Nela, são os leigos que ajudam a Igreja. E o Assistente, em virtude da luz e da riqueza espiritual de que dispõe, ajuda os leigos a ajudar a Igreja.

Dir-me-ão que, tomando o Assistente este papel — que permite, de resto, toda a profundidade que ele for capaz de lhe dar — os organismos da Acção Ctólica farão muito menos do que poderiam fazer...

Talvez não fizessem. Ao sobrenatural não se pode deitar balanço. O mais importante nunca figura nos registos. E mesmo que de facto assim fosse, em quantidade, restava ainda saber se esse pouco não teria mais valor do que o muito que resultasse dum activismo comandado pelo Assistente. Em todos os domínios, é preferível fazer o pouco de que se pode ser autor do que obter a todo o custo produtos falsificados: eles documentam secretamente a existência, não dum fracasso, que às

vezes é bom, mas duma frustração, que é sempre perigosa: porque, atrofiando a ânsia de perfeição e o sentido das responsabilidades, transforma-se em fonte de fracassos irremediáveis.

Com isto não se pretende sugerir que todos os esforços se consumam nas actividades internas, formativas, descurando o apostolado no sentido integral de testemunho. Se é verdade que não se pode dar senão aquilo que se possui, não é menos verdadeiro que só aquilo que se dá se pode possuir inteiramente. Todo o apostolado se *reflecte,* até o menos bem sucedido, revertendo em benefício da formação dos seus agentes. Formação e acção devem ser simultâneas e complementares. É preciso, portanto, dar. Mas dar do que é seu. Dar-se.

Quanto à autoridade sacerdotal do Assistente eclesiástico, devemos concluir que ela se encontra reduzida na Acção Católica?

Claro que não. A limitação que se lhe faz no domínio da técnica vai dar-lhe no plano espiritual um carácter teòricamente ilimitado — que terá na prática as dimensões que ele souber criar-lhe. Se ele não dirige nem interfere nas deliberações nem manda, é precisamente porque se vê nele o titular duma autoridade superior, que não deve ser posta na balança nem «usar-se no poder», para se manter sempre viva e actuante, geradora de autonomia e inspiradora da acção.

Havendo assim na Igreja duas formas de apostolado, distintas e ao mesmo tempo solidárias; e não podendo o clero substituir os leigos nem os leigos dispensar o clero, não é de estranhar que surjam na Acção Católica colisões e questões de competência. Elas são, em si, um mal . Do facto de este mal não existir, porém, não se segue que não exista outro maior: a passividade dos leigos diante do seu incansável Assistente.

Esta passividade, que faz por vezes figura de obediência, equivale pràticamente a uma demissão. E dela são responsáveis, em primeiro lugar, os Assistentes eclesiásticos.

* *
*

Deixámos dito de passagem que a Acção Católica tendia para a promoção religiosa do laicado. Isto quer dizer, evidentemente, que tal promoção é, na Acção Católica, mais uma *resultante* do que uma finalidade conscientemente perspectivada.

Em função duma finalidade essencial existem sempre os meios, que podem funcionar temporàriamente como fins próximos, desde que não se perca de vista o motivo que lhes dá razão de ser.

Ora, a promoção religiosa dos leigos afigura-se-me um fim próximo digno das melhores atenções e das melhores energias: não só porque é um meio indispensável, mas também porque traduz parcialmente uma realização do fim essencial.

Com efeito, não é com uma mentalidade de menino de coro, uma liturgia de sacristão, uma piedade efeminada e uma problemática senil, não é com seres enfezados que não se atrevem a dar um passo sem pedir licença ao sr. prior, não é com intelectuais capazes de tudo menos de violar os segredos esotéricos da telogia, propriedade privada do sr. prior — não é com *isto* que a Acção Católica poderá prestar à Igreja os únicos serviços que verdadeiramente importam: cristificar almas e alargar em todo o sentido o domínio efectivo (não apenas nominal) de Cristo-Rei. Eles

exigem uma Acção Católica adulta: obediente, disciplinada, mas adulta, forte por si mesma, viril, esclarecida pela sua própria luz, cada vez mais responsável e detentora duma autonomia cada vez maior. Se forem levados a toda a parte pela mão do sr. prior, os apóstolos leigos não ficarão verdadeiramente instaurados em Cristo; e, por mais longe que vá a sua obediência, farão sempre figura de mercenários na milícia de Cristo.

Debalde procuraríamos nos ensinamentos da Hierarquia qualquer documento que fixe de antemão o grau de autonomia dos leigos na Acção Católica. Isto significa que não é estável a relação entre a lei extrínseca e a lei intrínseca, e que os leigos terão a autonomia que a sua obediência lhes merecer.

A autonomia honra e fortalece a autoridade: só uma autoridade que se confessa periclitante necessita contìnuamente de se afirmar no comando. Ela constitui uma forma superior de obediência, não já a ordens expressamente formuladas, mas da perfeita obediência cristã, manifestada na pessoa do próprio Cristo: a sua imolação à vontade informulada que se adivinha. É, ao mesmo tempo, a condição e o termo da perfeita obediência cristã, manifestada na pessoa do próprio Cristo: a sua imolação foi um acto inteiramente livre sem deixar de ser um acto de perfeita obediência ao Pai. Assenta numa adesão dos espíritos, numa comunhão no Amor e na Verdade que liberta. Quando assim for, quando os leigos tiverem atingido a maioridade que lhes permita amar e obedecer desta maneira, eles não-de ser o escudo da família cristã, o orgulho da casa de Deus, e hão-de trazer riquezas imensas ao património comum.

De certo, não se pode exigir grandes proezas a esta criança que há vinte anos foi chamada às responsabilidades. Que são vinte anos na vida da Igreja? Mas é preciso deixá-la crescer sem muletas e não lhe atrofiar o desenvolvimento com uma excessiva tutela. Porque a tutela, quando vai para além do conveniente (e o conveniente é sempre um pouco menos do que o aparentemente necessário), torna-se causa daquilo mesmo a que pretende dar remédio. Não terá sido esse, de facto, o mal do nosso laicado — um clero demasiado tutelar, demasiado... clerical?

Como curá-lo? Trabalhar pelo advento duma nova espécie de laicismo?

Creio que sim. E acho que já é tempo de opor ao laicismo anti-cristão qualquer coisa melhor do que o clericalismo que o gerou.

Sob pena de se desincarnar, a Igreja tem de levar a cabo aquela obra de presença no temporal, que é, no pensamento de Sua Eminência o Cardeal Patriarca, uma tentação perigosa para o clero porque redundaria em prejuizo da «consagração sacerdotal», mas que corresponde perfeitamente à vocação dos leigos da Acção Católica — que são, também eles, uma parcela responsável da Igreja de Cristo. E só leigos religiosamente emancipados, capazes de referenciar a Deus a sua conduta no temporal sem atraiçoar o temporal, apertando nas mãos as duas pontas da cadeia, conseguirão preencher esse *no man's land* que o laicismo rasgou entre César e Deus. Compreende-se deste modo que também fosse para combater o laicismo que a Acção Católica se instituiu. Mas já não é preciso ter o dom da profecia para ver que a sua vitória sobre o laicismo *(instaurare omnia in Christo)* não se traduzirá num clericalismo que os tempos ultrapassaram *(instaurare in omnibus Christum)* e que, mantido para além do necessário, atraíu muitas pedradas sobre a Igreja. Ela dará antes origem a um laicismo salutar, que não prejudicará a «consagração sacerdotal» e for-

talecerá a autoridade da Igreja no exercício do poder indirecto; um laicismo de leigos que sejam, sem rótulo, portadores de Cristo, que tenham o sentido da Igreja, e que assumam na cidade terrestre posições de vanguarda à luz da sua fé, sem medo de encarar no plano religioso as consequências das suas ousadias. Dê-se-lhe o nome que se lhe der, esta é a única maneira de fazer um cristianismo de alicerce, onde tudo se possa instaurar. É destes homens completos que precisa o mundo novo que se encontra em gestação. E só a Acção Católica os pode preparar. Para esta emancipação, que dê aos leigos a possibilidade de fazerem cristandade quando actuam no temporal sem falharem no temporal e sem fazerem figura de irresponsáveis, deve o clero da Acção Católica orientar, parece-me, a sua acção formativa.

Só como instituição, a Acção Católica representa já um voto de confiança nos leigos. Nos leigos, imaginem! Pois não é *leigo* o oposto de *religioso?* Não um voto gratuito ou inconsequente, mas um voto em que se arrisca e se compromete, cheio de generosidade, de amor — coisas de que só a Igreja seria capaz. Compreende-se que muitos Assistentes, trabalhando no sector que lhes coube e vendo a maneira como os leigos correspondem, fiquem atónitos perante a estranha prudência da Igreja... Mas, se a Igreja confia, se Cristo confia, porque é que o sr. padre não há-de confiar?

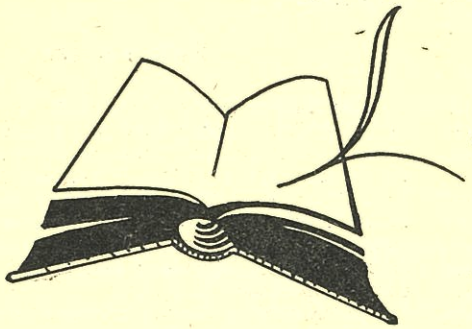
Deixe subir os leigos. Vigie-lhes os passos, evite-lhes as quedas perigosas (as outras não), mas não os traga ao colo nem ande por eles o caminho que só eles devem andar. Não se admire nem perca a confiança se estes caminhos não conduzirem às metas prèviamente traçadas. A Acção Católica é uma missão escatológica e não um plano quinquenal. Mesmo assim, exercitam-se. Começaram ontem. Têm apenas vinte anos, e o sr. padre tem cem vezes vinte. Lembre-se disto e faça um esforço de regressar à idade deles. Se lhes der oportunidades, se lhes confiar tarefas que lhes permitam crescer, daqui a uns mil anos serão fortes e irão aonde o sr. padre talvez nunca julgasse possível ir.

E deixe-os falar. Construa-lhes uma atmosfera de comunicabilidade e mútua confiança em que eles possam revelar as suas opiniões, as suas impressões... Com os dados que lhe fornecerem poderá o sr. padre elaborar, para eles e com eles, o tipo de espiritualidade que convém à situação concreta em que decorrem suas vidas. Tome-os a sério, mesmo quando eles são infantis, mas não tenha a obcessão da heresia. Uma opinião é uma opinião. O que importa é o espírito de filiação segundo o qual balbuciamos «Abba!». A heresia é outra coisa. Claro que eu não vou aqui explicar o que é, mas sempre direi uma *opinião:* é que uma das heresias que precisa de ser combatida anda concretizada na convicção de que não se pode abrir a boca na casa paterna sem correr o risco de ser expulso ou olhado de revés pelos irmãos mais velhos — convicção que gera medo, um medo inibitório e congelador. Deixe que os leigos vivam a sua liberdade de filhos. A gente gosta de falar daquilo que ama. E o que importa é o amor e tudo aquilo que o acenda. O resto são palavras.

E deixe-os agir. Não faça nada que se veja. Consinta que sejam deles as derrotas e as vitórias, e colha a lição que elas encerrarem.

E se alguma vez um deles se atrever a dizer-lhe como gostaria que fosse o seu Assistente eclesiástico, pelo amor de Deus!, mesmo que ele se engane e use linguagem tosca, não leve a mal...

A. N. S.



Livros novos

QUE É O HOMEM (1)

Eis um título sugestivo que, sem querer, nos incita à leitura. O Homem porque sente que não se conhece deseja descobrir-se. E isto, mais do que nunca, em nossos dias.

Perante o desenvolvimento progressivo da técnica o homem sente necessidade de se afirmar diante de um mundo que o ultrapassa mas que — terrível paradoxo — lhe saíu das mãos. Precisa de se conhecer profundamente sem o que lhe será negada a tranquilidade e a paz.

Mas como conhece o Homem? Apenas por um exame histórico? Por um simples processo de introspecção? — Mas se bastasse isso que razão teria a pergunta angustiante — Que é o homem? — formulada pelo próprio homem?

Eis-nos no centro do problema. O homem, sem a luz de Deus, terá sempre de si mesmo um conceito mesquinho e imperfeito.

Criado por Deus, santificado no Seu sangue, feito filho de Deus por adopção de amor, tende por si mesmo para o seio do mesmo Deus. Encontra-se porém no caminho, depois do pecado, com o mundo que o rodeia e com o seu próprio mundo mais enleante por vezes. Donde as paragens bruscas e as quedas profundas que fazem abafar, em parte, o desejo do seu verdadeiro destino.

E porque destronados do mundo para que Deus nos criara, e porque sentindo sempre a nostalgia do Paraíso de que livremente se expulsara, sentiu todo o desiquilíbrio de uma natureza — que embora reparada por Cristo — foi profundamente vulnerada.

E porque fugiu da luz que Deus lhe dera, só na medida em que a procurar Nele, conseguirá saber das suas dimensões. Só em Cristo e por Ele, no Pai, o Homem poderá conhecer-se em verdade e profundidade.

É esta visão cristã e, por isso, total do homem que nos oferece o primeiro livro da Colecção *Presença de Espírito*. Ele é o produto notável da Semana dos intelectuais franceses de 1954. Nele lemos trabalhos das mais destacadas figuras do pensamento contemporâneo, em França, sem esquecer o contributo precioso do italiano Giorgio de la Pira.

E porque olharam para o Homem adentro de um prisma de verdade — «Cristo também é homem» diz a última tese — muita luz conseguiram difundir sobre o problema. Dessa luz poderão beneficiar todos os que com sinceridade o lerem.

A nós resta-nos render justa homenagem aos responsáveis da Colecção *Presença de Espírito* por mais esta preciosa aquisição no campo do pensamento católico, ao mesmo tempo que nos regozijamos com a sobriedade e elegância posta na apresentação da obra.

Que os católicos saibam dar as mãos e corresponder para darem força aos que generosa e inteligentemente difundem o Bem e a Verdade.

ALBERTO NETO

(1) Edições Itenerário — Colecção Presença do Espírito — Porto.

A VIDA FAZ PENSAR (1)

Fulton Sheen

Nova colectânea de mais uma série de palestras de Mons. Fulton Sheen, apresentada pela Editora Educação Nacional, em versão portuguesa.

A autoridade do nome já se impôs de tal forma, que basta nomeá-lo para que se recomende a leitura da obra.

Se cada uma das suas obras vale por si mesma, esta goza ainda do carácter de oportunidade. Agora que o mundo vive na incerteza do futuro, e muitas inteligências, debatendo-se em crises desespeperadas, abdicam perante o desenrolar dos acontecimentos, surge mais um farol a guiar-nos pelo caminho da verdadeira salvação. O A. introduz-nos no xadrês da vida, como sugere a linda capa do livro, movimentando simultâneamente os múltiplos problemas do mundo contemporâneo; a própria distribuição dos assuntos recorda-nos o inesperado da vida corrente: A par dos problemas internacionais, políticos, económicos e sociais, surgem os cuidados da vida familiar, da educação dos filhos, da correcção dos vícios, das virtudes a desenvolver e das ideias a formar.

A todos transmite a mensagem cristã do Evangelho, que é a caridade sem limites. E Cristo continuado nos seus membros, mas Cristo tal como remiu o mundo, Cristo crucificado. O mundo divorciou Cristo e a Cruz. E porque o mundo quere amar sem sacrifício caíu no vácuo, «vácuo este que está a ser cumulado por duas formas diversas em duas partes diferentes do mundo.

O mundo ocidental enche o vazio... obrigando o indivíduo a contar só consigo próprio.

O comunismo enche o vazio, fazendo com que a humanidade se confie nos egoísmos».

Fulton Sheen, com bisturi de mestre vai analizando os males no seu conjunto e no pormenor; a todos desenraíza e põe a claro perante o indivíduo e a sociedade. Mas ao mesmo tempo que destrói o erro, estabelece as bases e apresenta soluções aptas à resolução dos problemas. Assim saibam todos ouvir a sua voz e seguir as suas directrizes.

«A Vida Faz Pensar», é um livro para todos: governantes e súbditos, mestres e dirigidos, pais e filhos, jovens e donzelas.

ANTÓNIO DE AGUIAR

O PRIMADO DO AMOR (2)

Augusto Adam

Se revolucionário é sobretudo aquele que impulsiona e clarifica, Augusto Adam é-o com certeza. Não se embrenhou em congeminações difíceis para demonstrar alguma tese, dessas que se impõem por serem paradoxais. Também não pretendeu posições extremistas. O seu *ataque*, por assim dizer, está na apresentação clara dos factos e dos princípios, documentando cada afirmação com a experiências individual e, principalmente, com a experiência da História. Parte do concreto para atingir o concreto. E nisto se assemelha com S. Tomás seu «peculiar mestre e guia» como confessa.

Desta forma o A. equaciona e resolve o «problema» sexual. Não terá guardado uma frieza ideológica que lhe permitisse uma solução inteiramente imparcial. Mas isso, porque esta obra é de proselitismo. Proselitismo em favor do «aspecto luminoso e alegre da verdade revelada, à qual o próprio Jesus Cristo deu o nome de Boa Nova». É a revolução contra o Maniqueismo e o Tertulianismo que por vezes, se renovam. A sua urgência é revelada e acentuada por A. Adam com toda a emoção do seu inte-

(1) Ed. Ed. Nac. — Porto
(2) Idem.

resse pela sociedade e pela Igreja (vide Cap. VII — «Conclusões Pastorais»).

Este livro abrange, pois, um estudo criterioso e douto na esfera científica, um guia utilíssimo na prática pastoral e uma obra de influência directa no público, o que é facilitado grandemente por um «Elucidário de nomes e expressões teológicas».

Tem por fim reabilitar, perante a consciência actual, o *primado do amor* que tudo eleva e valoriza.

NORONHA GALVÃO

PARA SERES FELIZ (1)

Jorge Loring, S. J.

Sem querermos entrar no rol dos louvadores fáceis, diremos que muito nos agrada mais esta tradução dum livro precioso. Talvez o leitor pense ser demasiado o epíteto. A mim parece-me que não. Numa obra escrita para rapazes, soldados, empregados e operários, não poderíamos exigir nem mais concisão, nem mais clareza. A simplicidade de exposição, profundidade das ideias todas actualizadas, resumo no ponto de vista científico, abertura de alma do autor que se traduz num sentido oportuno do concreto, fazem destas páginas um compêndio de religião que podemos pôr nas mãos de todos os homens e rapazes de cultura média, para lhes ensinar o caminho da felicidade. Porquanto não pretenda ser uma síntese total do Cristianismo, ele trata os grandes problemas de Deus — Sua existência e atributos — os problemas fundamentais do homem, os mistérios centrais da religião, como o mistério da Igreja, mandamentos, novíssimos, tudo numa linguagem actual sem esquecer, no entanto, a perenidade das palavras do Evangelho.

AVELINO BARATA

MÃE, PORQUE NOS MATASTES? (2)

Mais um livro que Edições Paulistas lançam entre nós no louvável intuito de conquistar um mundo que se separou do Cristianismo autêntico.

«Mãe, porque nos matastes» é um poqueno livro que nos é sumamente agradável registar em «Novellae Olivarum» por vários motivos. Entre eles está o de ser traduzido por Alves Guerra que foi um dos nossos e a quem desejamos os melhores êxitos na actividade literária. Este livro é um sinal de alarme para muitas mulheres que, infelizmente, perderam a noção da sua verdadeira missão. A mulher só se realiza completamente quando é mãe. Se procura o prazer sem querer arrostar com as responsabilidades inerentes, avilta-se, nega-se a si mesma. Quando a mulher se dá no amor, não procura eliminar o fruto desse mesmo amor. A mulher que impede o nascimento dos filhos não ama — é uma prostituta do seu marido.

«Mãe, porque nos matastes» é um grito angustiante. Que o ouçam todas as mães, que lhe experimentem o horror, que o não recebam como o acontecimento mais natural do mundo. «Que a maldição de Deus não venha sobre elas»: assim termina este pequeno livro de leitura tão agradável e de tão actuais ensinamentos.

ARTUR LEMOS

(1) Edições Paulistas — Lisboa.
(2) Idem.

L'AMOUR PARTAGÉ (1)

JOSEPH TEMPLIER

Tem sido abundante e benéfica, nestes últimos tempos a literatura destinada a enquadrar nas rectas coordenadas do matrimónio cristão os verdadeiros e autênticos conceitos da felicidade e do amor.

Vive-se numa sociedade terrìvelmente minada pelo prazer e pelo consequente egoísmo que se reflectem mesmo adentro das fronteiras da vida conjugal de muitos lares que se dizem cristãos.

A felicidade, para muitos, não é já a perfeição mútua pela doação de ambos. Deus deixou de ser o facho orientador da vida humana, da união do homem e da mulher pelo amor, e é esta a explicação da mediocridade que se nota hoje em tantos esposos. O casamento não é considerado como um chamamento a uma realização comum em ordem à sociedade e à eternidade, mas tão só um número bom ou mau que coube em sorte a cada qual na lotaria da vida e de que se procura haurir o maior proveito pessoal mesmo em detrimento da outra parte. Os esposos não existem um para o outro, mas um para se servir do outro. A mulher gaba-se do bom partido, o homem, da boa serviçal e nisto consiste a maior parte dos casamentos, chamados felizes, de nossos dias.

Em face destes conceitos errados, o Evangelho continua a ser o sal e a luz a chamar ao caminho os que erram nas trevas.

Não é outro, o fim de mais este livro da colecção «Mou village» de «Les Éditions Ouvrières» — implantar na vida matrimonial a verdadeira germinação do Evangelho.

Nota-se nele um autêntico método jocista: exemplos frequentes e significativos, factos aptos ao diálogo do egoísmo e do amor e que fazem transparecer a perene actualidade do sentido do Evangelho.

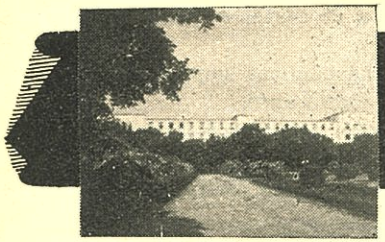
Afinal é o que pretende o autor quando diz na introdução: «Os homens contaram-nos suas dificuldades e esperanças. As mulheres confiaram-nos os sofrimentos e a felicidade. Será grande a nossa recompensa se outros lares encontrarem a alegria humana e cristã com que estes nos ajudaram a descrobrir sendas impraticáveis. Neste caminhar pelos problemas humanos, tomámos como ponto de partida a palavra de Deus. Eis porque frequentes vezes se estabelecerá o confronto entre os ensinamentos de Cristo ou de S. Paulo e as considerações nascidas do coração e da reflexão. A maior parte das vezes serão testemunhos ou exemplos vivos que apresentarão o Evangelho traduzido na realidade dos factos quotidianos». E mais adiante: «Este livro é verdadeiro porque foi vivido».

Porque seria longo correr ao longo dos 3 capítulos citarmos apenas as duas partes por que se dividem: «Face a face» e «Face aux autres».

É sem dúvida um dos melhores livros que têm aparecido sobre este assunto. Deve ter um lugar na biblioteca de qualquer sacerdote e merece andar nas mãos de todos quantos se preparam para o matrimónio ou nele vivem já.

ROCHA ALCOBIA

(1) «Les Éditions Ouvrières».



CRÓNICA

Nenhuma quadra do ano é mensageira duma paz e duma alegria tão comunicativas como a do Natal. Sem sabermos porquê, somos levados a dar aos outros as nossas esperanças como Jesus Cristo deu a todos os homens o Seu Amor.

Sentimos como que uma necessidade de nos dividirmos pelos outros para que, afinal, sejamos unificados em Cristo...

Nos dias 23 e 24 os vicentinos sairam a levar aos pobres, com uma ajuda material, a boa-nova da mensagem transcendente de Jesus «Paz na terra aos homens». Com eles, muitas pessoas que uma vida de privações fez revoltadas, rezaram... preces lindas que comoveram, por certo, o coração do Menino.

Os catequistas levaram também às crianças pobres as prendas que o Menino Jesus lhes mandou que distribuíssem: roupas, géneros alimentícios e, o que é essencial, a certeza de que Jesus é amigo dos pequeninos.

À noitinha começou o nosso Natal que os filósofos prepararam com o entusiasmo que lhes é peculiar.

O serão, no ginásio, abriu com um cântico açoreano do Natal, em honra do Senhor D. José Pedro que se dignou presidir à festa. Representou-se, depois, o «Auto dos Pastores brutos» de «Sant'iago Prezado», em dois actos, no intervalo dos quais foram executadas algumas cantigas regionais portuguesas relativas à quadra e distribuídos os prémios aos seminaristas que mais se evidenciaram na confecção de figuras para o nosso presépio. O 1.º prémio foi atribuído ao Rev.º Francisco Nuno, o 2.º ao Domingos Azevedo, o 3.º ao António Correia. O José Maria Ferreira da Costa teve um prémio de consolação «pelo Menino Jesus que não acabou de pintar».

Desta maneira preparámos o espírito para a celebração a que íamos dar início, horas depois, na Santa Sé Patriarcal.

No dia 25, de manhã, voltámos à Sé para o Solene Pontifical Joanino que o nosso Eminentíssimo Prelado celebrou.

Pela tarde, reunimo-nos de novo no ginásio para mais um acto da nossa celebração do Natal. Foram executados vários números de canto dentre os quais salientamos o «Stille Nacht» de F. Gruber e a «Avé Maria» de Schubert; no fim, foi representada uma peça da autoria do Sr. P. Viçoso «Uma Noite de Natal». A Sua Rev.ª os nossos parabéns e votos de que em breve vejam a luz da publicidade esse e os autos dos anos anteriores.

Depois... no amibente familiar que todos desejávamos e o Sr. P. José Ferreira criou, tão ao jeito português, tivemos a nossa ceia do Natal a que presidiu, também, o Senhor D. José Pedro.

Durante a refeição foram executados alguns cânticos populares e, no fim, as «Janeiras» antecipadas como vimos fazendo há já alguns anos.

O Senhor D. José Pedro agradeceu, comovido, as saudações que lhe foram dirigidas e disse sentir-se encantado com o espírito de família que reina no Seminário. O Senhor Vice-Reitor, como chefe desta família que é o nosso Seminário, deu a todos, empregados, alunos e Padres, as Boas Festas.

A coroar tudo, desejámo-nos mùtuamente boa viagem com aquela belíssima quadra beirã:

«Ficai-vos com S. José
E com a Virgem Maria.
Santíssimo Sacramento
Vá na vossa companhia.

Depois... fomos «cantar loas» ao Menino junto da nossa família pelo sangue...

ANTÓNIO LUCAS

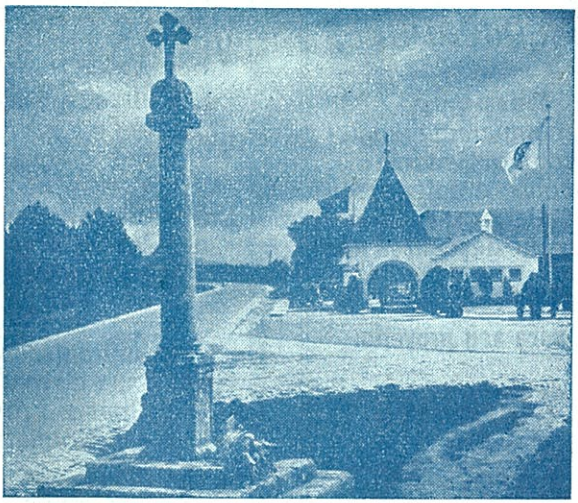
AO SERVIÇO DO AUTOMOBILISTA

SACOR

A utilidade de um Posto de Abastecimentos não exclui o seu enquadramento nas belas e suaves paisagens da nossa terra

Assim pensa

A SACOR



POSTO DE ALJUBARROTA



C. SANTOS

LANIFÍCIOS

Sortido completo de lanifícios para o Rev.mo Clero, Seminaristas, Colegiais, etc.

Qualidades para todos os preços. Exclusivos — Secção de cachecois e lanifícios de côr

DESCONTOS E PRAZOS

COVILHÃ

AO CLERO

E DEMAIS EDUCADORES

Só a **Casa Desporto** pode fornecer o competente material desportivo para Seminários, colégios, escolas e catequeses com a qualidade e sortido necessários e com descontos especiais.

Tome nota para seu proveito:

Casa Desporto

Rua da Madalena, 196
Telefone 30606

LISBOA

Cem anos!

VELAS DE CARDIGOS

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

Telef. 5 — B. Baixa - CARDIGOS

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo clero do continente, ilhas e Províncias Ultramarinas

Premiada em 7 exposições
4 estrangeiras e 3 nacionais

APARELHAGEM ELÉCTRICA
PARA ALTA E BAIXA TENSÃO
QUADROS BLINDADOS
para fábricas, oficinas e minas
Acessórios para
instalações eléctricas

CREL

CONSTRUÇÕES
E REPARAÇÕES
ELÉCTRICAS, L.DA
Telefones: P. P. C. 66 2134 e 66 1135
Rua dos Industriais, 7
(às Côrtes)
— LISBOA —

BILHARES

Em estado de novos, modelo Sampaio, vendem-se com grandes descontos e facilidades de pagamento.

Rua 1.º de Dezembro, 82-2.º
Telefone, 31950
LISBOA

FÁBRICA ADICO
DE
ADELINO DIAS COSTA & C.ª, L.da
MOBILIÁRIO METALICO PARA TODOS OS FINS:

Cirúrgico, Hospitalar, Doméstico, Decorativo, Cafés, Esplanadas. Exportação (Desmontável).

Agências:

LISBOA R. Nova do Almada 61
PORTO Rua do Carmo, 8
COIMBRA Av. Sá da Bandeira, 73

EXPOSIÇÃO PERMANENTE NA FÁBRICA EM

AVANCA

TELEFONE, 2 *Teleg. ADICO*

Lanifícios Pretos

GABARDINES feitas em preto azul e cinzento

CAPAS de agasalho sem emendas



Concedem-se facilidades de pagamento sem aumento de preço

Condições especiais para FINALISTAS

Sociedade Industrial Metalúrgica

S. A. R L.

SERRALHARIAS

Rua de S. Tiago, 13 — LISBOA

Antiga Fábrica de Velas

de **Alfredo Cadete Pereira**

Alcanena — Monsanto

Velas de cera Litúrgicas e de promessa

Preços especiais para os Rev.dos Párocos e Irmandades

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.ª, L.DA

A casa mais antiga do País no seu género - **Fundada em 1832** - *Rua da Vitória, 82-88—Rua do Ouro, 166-170*

Lustres, Lanternas, Placas, Castiçais, Lâmpadas, Suspensões, Banheiras, Caldeiras, Esquentadores, Fogões de cozinha

Instalações sanitárias, Casas de banho, Pára-raios, Aquecimento central, Ascensores, Ventilação, Eléctricas, Contra incêndios, Telefone, Todos os trabalhos em latão e ferro forjado



FUNDADA
EM 1756

"Genáculo"

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Ex.ª Rev.ma o Snr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO

Rua das Flores, 69

LISBOA

Praça dos Restauradores, 14

E. Pinto Basto & C.ª, L.da

— LISBOA —

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS
SEGUROS
CARVÃO

Representações (Industriais, etc.)

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

no PORTO

KENDALL, PINTO BASTO & C.A, L.DA

Os fiéis, e mais precisamente os leigos, encontram-se nas primeiras linhas da vida da Igreja; por eles a Igreja é o princípio vital da sociedade humana. Por consequência, eles, e eles sobretudo, devem ter consciência cada vez mais nítida, não só de pertencerem à Igreja, mas de serem a Igreja, que o mesmo é dizer, a comunidade dos fiéis sobre a terra debaixo da direcção do Chefe comum — o Papa, e dos Bispos em comunhão com ele.

S. S. PIO XII

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI «OLIVAIS»